



AZ@BXL

Número: 260 Data: 2023.02.17

No título: Ponta da Restinga - Ilha Graciosa

Nota: A ilha Graciosa tem cerca de 2,5 milhões de anos e a sua história eruptiva permite definir três unidades vulcanológicas responsáveis pela formação da ilha, nomeadamente o Complexo Vulcânico da Serra das Fontes (a zona mais antiga da ilha), o Complexo Vulcânico da Serra Branca e o Complexo Vulcânico de Vitória – Vulcão Central. No entanto, predominam os relevos baixos e suaves, sendo as altitudes máximas entre os 374 metros e os 405 metros.

O Vulcão Central, localizado na zona sudeste da Graciosa, corresponde à forma vulcânica mais imponente desta ilha. Após a formação da caldeira neste vulcão seguiu-se um importante episódio havaiano que terminou com um colapso no interior da caldeira, seguido pela drenagem da lava através da Furna do Enxofre.

O vulcanismo secundário na ilha Graciosa encontra-se representado pelas nascentes termais do Carapacho e da Baía dos Homiziados, localizadas na extremidade sudeste da ilha, e algumas emanações gasosas. Contudo, o principal campo de desgaseificação situa-se do interior da Furna do Enxofre, onde se destaca a existência de uma fumarola e de intensa desgaseificação. A erupção mais recente da ilha verificou-se há menos de 2 mil anos e edificou um cone de escórias no topo da Serra Dormida, o Pico Timão.

A Graciosa está associada a uma riqueza biológica em termos de flora e fauna. A flora da ilha e dos seus ilhéus é representada por 366 plantas vasculares (endémicas e exóticas), das quais 28 são espécies endémicas do Arquipélago.

No conjunto das espécies marinhas, nomeadamente das aves, surge aquela que dá reconhecimento internacional à ilha devido à sua raridade e recente descoberta para a ciência, a única espécie de ave marinha endémica dos Açores e que só nidifica nos ilhéus da Graciosa, o painho de Monteiro (*Hydrobates monteiroi*). A ilha possui várias áreas classificadas na Rede Natura 2000 e um Sítio Ramsar, a Caldeira da Graciosa (Furna do Enxofre).

Destaques



[Pacote Objetivo 55: zero emissões de CO2 para novos automóveis ligeiros em 2035](#)

[REPowerEU: medidas energéticas a incluir nos planos nacionais de recuperação](#)

[Eurodeputados aprovam lançamento de novos satélites da UE para proteger comunicações governamentais](#)

[Comissão Europeia estabelece regras para o hidrogénio renovável](#)

[Pacote de procedimentos de infração de fevereiro: principais decisões](#)

[Comissão Europeia submete ao Conselho Acordo Comercial UE-Nova Zelândia para ratificação](#)

[Proposta meta de emissões nulas em 2030 para autocarros urbanos novos e redução de 90 % para camiões novos em 2040](#)

[Previsões económicas do inverno de 2023: economia da UE deverá evitar a recessão, mas persistem fatores adversos](#)

[Jovens açorianos vencem prémios no Ano Europeu da Juventude](#)



20 de fevereiro



Conselho dos Negócios Estrangeiros

O Conselho dos Negócios Estrangeiros, presidido pelo alto representante da UE para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, Josep Borrell, [realiza-se](#) em Bruxelas e terá o seu início às 9h30. O Conselho procederá a uma troca de pontos de vista sobre a agressão da Rússia contra a Ucrânia, após uma primeira troca informal de pontos de vista com o ministro dos Negócios Estrangeiros da Ucrânia, Dmytro Kuleba.

Em seguida, o Conselho debaterá o Afeganistão e procederá a uma troca informal de pontos de vista sobre esta matéria com a secretária-geral adjunta das Nações Unidas e presidente do Grupo das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, Amina Mohammed, que se juntará aos ministros por videoconferência.

Posteriormente, os ministros trocarão pontos de vista sobre a diplomacia climática e energética, tema sobre o qual deverão ser adotadas conclusões do Conselho, e serão informados sobre questões da atualidade. Durante um almoço de trabalho, os ministros procederão a uma troca de pontos de vista com o vice-primeiro-ministro e ministro dos Negócios Estrangeiros e da Integração Europeia da Moldávia, Nico Popescu.

21 de fevereiro



Conselho (Assuntos Gerais)

Da ordem do dia, [constam](#) os trabalhos preparatórios do próximo Conselho Europeu, agendado para os próximos dias 23 e 24 de março. Na sua [reunião de março](#), o Conselho Europeu [abordará](#) a guerra da Rússia com a Ucrânia em todas as suas dimensões e o apoio contínuo da UE à Ucrânia e ao seu povo.

Os líderes da UE abordarão igualmente a competitividade, o mercado único e a economia. Discutirão a estratégia a longo prazo da Europa para aumentar a competitividade e a produtividade, e como tornar a base económica, industrial e tecnológica da UE apta para as transições verdes e digitais. Realizarão também uma discussão estratégica sobre a política comercial da UE e abordarão a reforma do quadro de governação económica da UE, bem como o Semestre Europeu de 2023.

O Conselho Europeu fará também um balanço dos progressos na implementação das suas conclusões sobre energia. A Presidência e a Comissão informarão o Conselho Europeu sobre os progressos na implementação das recentes conclusões sobre migração. À luz dos acontecimentos, o Conselho Europeu pode abordar questões específicas de política externa.

22 de fevereiro



Webinar sobre a cadeia alimentar europeia promovido pelo Eurostat

O Gabinete de Estatísticas da União Europeia, Eurostat, irá organizar no próximo dia 22 de fevereiro um [webinar dedicado à cadeia alimentar europeia](#). O *webinar* será transmitido no [sítio web do Eurostat](#) e na conta do [Eurostat no Facebook](#). Está aberto a qualquer pessoa interessada, e não há necessidade de se registar. Haverá uma oportunidade de fazer perguntas através do [Slido](#).

Até 23 de fevereiro



Lançamento de novos convites à apresentação de propostas, com um orçamento de 277 milhões de euros, para apoiar investimentos em infraestruturas de conectividade digital

A Comissão Europeia lançou o [segundo conjunto de convites à apresentação de propostas](#) ao abrigo do programa "[Connecting Europe Facility Digital](#)". Com um orçamento previsto de 277 milhões de euros, o objetivo é apoiar projetos de redes seguras, rápidas e de alta capacidade, incluindo comunicação quântica e cabos submarinos, reforçar as redes que ligam zonas rurais, remotas e ultramarinas, bem como digitalizar cada vez mais as redes de transporte e energia.

O prazo para a candidatura é 23 de fevereiro de 2023. Os candidatos interessados terão a oportunidade de saber mais sobre as chamadas durante a [jornada informativa virtual](#) de 25 de outubro.

Até 24 de fevereiro



EYE2023: Encontro Europeu da Juventude

Nos dias 9 e 10 de Junho, milhares de pessoas com idades compreendidas entre os 16 e os 30 anos, oriundas de todos os países da União Europeia (UE) vão reunir-se no Parlamento Europeu em Estrasburgo, na França, para o [Encontro Europeu da Juventude](#) (EYE), para formularem e partilharem as suas ideias sobre o futuro da Europa. Juntamente com peritos, ativistas, influenciadores, criadores de conteúdo e decisores políticos, os jovens terão a oportunidade de interagir, trocar pontos de vista e de se inspirar no coração da democracia europeia.

Quem tem entre 16 e 30 anos pode [participar](#) do EYE2023. O prazo para inscrição é 24 de fevereiro até às 21:59 (hora dos Açores). As inscrições individuais serão aceites por ordem de chegada. Embora a participação no evento seja gratuita, a organização da mesma, assim como o pagamento da viagem e do alojamento em Estrasburgo são da responsabilidade do participante.

27 e 28 fevereiro



Reunião informal dos ministros responsáveis pelas Telecomunicações, Transportes e a Energia

As reuniões oficiais do Conselho são organizadas pelo Conselho da UE e dirigidas pela Presidência do Conselho. No entanto, cada Presidência do Conselho organiza também reuniões informais de ministros para debater iniciativas relacionadas com um determinado tema ou formação do Conselho. Mais informações sobre a ordem do dia e os resultados [desta reunião](#) estão disponíveis no [sítio Web da Presidência](#).



Conferência sobre Bioeconomia

A transição para uma economia de base biológica é fundamental para o clima, emprego, crescimento e desenvolvimento nas zonas rurais. Os atuais desafios acentuaram ainda mais a necessidade de recursos renováveis para uma Europa resiliente. Em junho de 2022, a Comissão Europeia apresentou o seu relatório de progresso sobre a implementação da Estratégia de Bioeconomia da UE.

Durante esta conferência, prosseguir-se-ão as discussões sobre políticas e ações a empreender no sentido de uma sociedade sustentável, com cadeias de valor eficientes em termos de recursos. Poderá acompanhar a [conferência](#) em linha. Encontrará [aqui](#) uma ligação para a transmissão. Não é necessária qualquer inscrição para acompanhar a conferência.

Até 28 de fevereiro



Ocean Pitch Challenge – Edição de 2023

O [concurso](#) está aberto a todos os "[solucionistas](#)" para os oceanos. O concurso visa premiar soluções com um impacto positivo ou pelo menos neutro para os oceanos e para os seus ecossistemas marinhos e costeiros. Os prémios serão entregues a 23 de maio de 2023.

Até 1 de março



Candidaturas ao Prémio “Famigro”

O [Prémio “Famigro”](#) é atribuído anualmente a um jovem empresário europeu que esteja a contribuir para a economia e ambiente rurais. Patrocinado por Karl Grotenfelt, a atribuição apoia projetos que dão respostas aos atuais desafios do setor rural. O prémio inclui uma contribuição monetária de 5 mil euros, um artigo na amplamente publicada Revista *Countryside* e a oportunidade de se juntar aos Jovens Amigos do Campo na sua Assembleia Geral.

4 de março



A Europa na Escola: inscrições abertas para formação de professores

Estão abertas, até 13 de fevereiro, as inscrições para a 4ª edição da Ação de Curta Duração “[A Europa na Escola – Formação para Professores](#)”, que decorrerá à distância (de forma síncrona e em horário pós-laboral) durante o mês de março. A ação [decorre](#) à distância (de forma síncrona) e tem como objetivo promover o conhecimento sobre a União Europeia e capacitar os professores dos diferentes níveis de escolaridade (1º CEB, 2º CEB, 3º CEB, Ensino Secundário e Ensino Profissional) para o desenvolvimento de atividades de educação sobre a União Europeia, envolvendo os alunos nos diversos domínios da [Educação para a Cidadania](#).

Cada ação terá uma duração total de seis horas repartidas por dois dias, tem um caráter tutorial e visa apoiar os docentes na utilização de guias, um para cada nível de ensino, criados com base em recursos e ferramentas sobre a União Europeia, como por exemplo o [Espaço de Aprendizagem](#). Os professores candidatos poderão escolher entre as cinco ações disponíveis programadas, todas a decorrer em março de 2023, em horário pós-laboral (ver cronogramas infra).

O projeto “[A Europa na Escola – Formação para Professores](#)” é uma iniciativa da Representação da Comissão Europeia em Portugal, em parceria com a Direção-Geral da Educação e o Centro de Informação Europeia Jacques Delors, que tem por objetivo promover o conhecimento sobre a União Europeia junto da comunidade educativa em todos os níveis de ensino e contribuir para a formação e valorização de uma cidadania democrática e participativa.

6 a 10 de março



Conferência sobre Novas Técnicas e Tecnologias no domínio da Estatística

O [New Techniques and Technologies for Statistics \(NTTS\)](#) é uma série de conferências científicas bienais internacionais, organizadas pelo Eurostat, sobre novas técnicas e métodos para as estatísticas oficiais e o impacto das novas tecnologias nos sistemas de recolha, produção e divulgação de estatísticas. A NTTS 2023, a 12ª edição, será uma conferência híbrida e terá lugar em março de 2023.

O objetivo da conferência é tanto permitir a apresentação dos resultados dos projetos de investigação e inovação atualmente em curso nas estatísticas oficiais, como estimular e facilitar a preparação de novos projetos inovadores (encorajando a troca de pontos de vista e a cooperação entre investigadores - incluindo a possível construção de consórcios de investigação) com o

objetivo de melhorar a qualidade e a utilidade das estatísticas oficiais. A conferência reúne académicos, estatísticos e utilizadores de dados para discutir, estabelecer redes e trocar ideias. [Inscrições](#) e demais informações [aqui](#).

Até 8 de março



Ações Marie Skłodowska-Curie: 95 milhões de euros para cofinanciar programas de doutoramento e pós-doutoramento

A Comissão Europeia lançou um convite à apresentação de propostas no âmbito do [programa Marie Skłodowska-Curie Actions](#)¹ (MSCA) [cofinanciar programas regionais, nacionais e internacionais \(COFUND\)](#). O convite COFUND 2022, com um orçamento total de 95 milhões de euros, será encerrado a 9 de fevereiro de 2023. Todos os detalhes estão disponíveis nesta [ligação](#).

13 a 15 de março



4ª Edição do FI CAMPUS 2023 - Instrumentos financeiros em tempos de mudança

A Comissão Europeia (DG REGIO, DG EMPL, DG AGRI, DG HOME e DG MARE) e o Banco Europeu de Investimento (BEI) estão a organizar a quarta edição do evento emblemático "FI CAMPUS 2023 - Instrumentos financeiros em tempos de mudança".

O evento reunirá profissionais e peritos das autoridades de gestão de fundos de gestão partilhada da UE, organismos de implementação de instrumentos financeiros, Comissão Europeia, Grupo Banco Europeu de Investimento e outras partes interessadas. Todas as informações, assim como as inscrições poderão ser consultadas [aqui](#).

14 de março



Poluição da água – Regras da UE em matéria de tratamento de águas residuais urbanas (atualização)

Garantir que as águas residuais urbanas são limpas e seguras é fundamental para proteger a saúde pública e o ambiente. Esta componente essencial da política da UE no domínio da água é abrangida pela Diretiva Tratamento de Águas Residuais Urbanas.

Esta iniciativa procederá à revisão da diretiva após uma avaliação recente da mesma ter identificado algumas insuficiências e novas necessidades da sociedade, às quais deve ser dada resposta. O [período de apresentação de comentários](#) encerra a 14 de março.



Gestão integrada dos recursos hídricos – listas revistas de poluentes da superfície e de águas subterrâneas

De acordo com uma recente avaliação («balanço de qualidade»), a legislação europeia no domínio dos recursos hídricos é, na sua generalidade, adequada à sua finalidade. No entanto, é necessário melhorar determinados aspetos, como o investimento, as normas de execução, a integração dos objetivos no domínio dos recursos hídricos noutras políticas, a poluição química, a simplificação administrativa e a digitalização.

Esta iniciativa tem a ver com as conclusões sobre a poluição química e a obrigação legal de rever regularmente as listas de substâncias prioritárias e de poluentes das águas subterrâneas. Os comentários podem ser partilhados [aqui](#).

Até 15 de março



Comissão Europeia lança inquérito sobre práticas comerciais desleais nas cadeias de abastecimento agroalimentar

A Comissão Europeia lançou o seu [terceiro inquérito anual](#) para avaliar a eficácia das medidas da UE contra as práticas comerciais desleais nas cadeias de abastecimento agroalimentar. O inquérito destina-se a agricultores, trabalhadores independentes e empresas ativas na produção, distribuição, transformação ou venda por grosso da cadeia de abastecimento agroalimentar.

As respostas fornecerão provas relevantes para o desenvolvimento das políticas da UE na sequência da implementação da [Diretiva de Práticas Comerciais Desleais](#) em 2021 e 2022. O inquérito está aberto até 15 de março de 2023 e os resultados serão então partilhados em linha.



Estágios no Secretariado-Geral do Conselho da União Europeia

Todos os anos, há cerca de [100 vagas para estágios remunerados](#) e até 6 vagas para estágios remunerados para pessoas com deficiência. Consoante as necessidades do serviço, o trabalho diário será geralmente equivalente ao de jovens funcionários/as administradores/as em início de carreira, como, por exemplo: preparar reuniões e redigir atas; assistir a reuniões das instâncias

preparatórias do Conselho e do Coreper (Comité de Representantes Permanentes dos Governos dos Estados-Membros da União Europeia); fazer pesquisas sobre determinados projetos; traduzir documentos; reunir documentação, elaborar relatórios. Os/as estagiários/as são igualmente convidados/as a participar num programa de estudos que inclui visitas e conferências nas outras instituições da UE em Bruxelas, no Luxemburgo e em Estrasburgo.

16 de março



Pescas - Diretiva relativa à Segurança dos Navios de Pesca (avaliação)

A Comissão Europeia realizará uma avaliação da Diretiva relativa à Segurança dos Navios de Pesca (Diretiva 97/70/CE). Esta diretiva implementa o Protocolo de Torremolinos de 1993 sobre a segurança dos navios de pesca. A avaliação dará uma imagem exata da implementação e aplicação da diretiva. Avaliará a segurança dos navios de pesca à luz dos recentes melhoramentos técnicos em matéria de segurança da marinha mercante, e se o âmbito de aplicação da diretiva deve ser alargado para incluir navios mais pequenos. Os contributos das partes interessadas podem ser carregados [aqui](#).



Redução dos resíduos de embalagens – revisão das regras em vigor

A «economia circular» implica a redução dos resíduos e a reutilização e reciclagem dos bens. Isto significa que também é necessário reduzir os resíduos de embalagens e que estas devem ser mais fáceis de reciclar. A Comissão irá rever os requisitos aplicáveis às embalagens e resíduos de embalagens na UE, analisando, nomeadamente, soluções para: melhorar a conceção das embalagens a fim de promover a sua reutilização e reciclagem; aumentar a parte de material reciclado nas embalagens; combater o excesso de embalagens; reduzir os resíduos de embalagens. O [período para apresentação de comentários](#) referentes a esta proposta de regulamento terão de ser carregados, o mais tardar, a 16 de março.

17 de março



Conferência anual do Serviço Jurídico da Comissão Europeia

Ao completarem-se 70 anos, o evento do Serviço Jurídico da Comissão Europeia é uma grande oportunidade para realçar a importância da legislação da UE para os cidadãos e para facilitar um fórum de discussão dos desafios mais prementes nos círculos jurídicos.

A partir de agora, o Serviço Jurídico reunirá todos os anos todos os atores do direito comunitário: juízes, advogados, conselheiros internos, académicos, advogados nas instituições da União, administrações dos Estados-Membros, ONGs, bem como outras partes interessadas, para um intercâmbio sobre temas centrais do direito comunitário.

Encontrará [aqui](#) um projeto de programa e a ligação para a inscrição para a primeira Conferência Anual do Serviço Jurídico da Comissão Europeia. Para aceder à plataforma de registo, os participantes têm de utilizar ou criar uma conta de Login da UE (com nome, apelido e endereço de correio eletrónico).

Até 22 de março



Quadro Europeu de Qualificações para a aprendizagem ao longo da vida — avaliação

A Recomendação do Conselho, de 22 de maio de 2017, relativa ao Quadro Europeu de Qualificações para a aprendizagem ao longo da vida visa melhorar a transparência, a comparabilidade e a portabilidade das qualificações das pessoas.

Convida a Comissão a examinar e avaliar, em cooperação com os países da UE e após consulta das partes interessadas, as medidas tomadas em resposta a esta recomendação e a apresentar ao Conselho, até 2022, um relatório sobre a experiência adquirida e as implicações para o futuro. Submissão de contributos [aqui](#).

Até 23 de março



Horizonte Europa (cluster 6): Candidaturas de projetos respeitantes a uma governação inovadora, observações ambientais e soluções digitais de apoio ao Pacto Ecológico Europeu

Dentro deste domínio serão aprovadas propostas de projetos que visam a digitalização na agricultura e silvicultura: mercados de dados e tecnologias e infraestruturas digitais - situação e prospetiva num ambiente regulamentar, comercial e técnico em rápida mudança, e tecnologias digitais de apoio à deteção precoce fitossanitária, vigilância do território e medidas fitossanitárias. Os projetos devem ser carregados [aqui](#). Mais informações [aqui](#).

23 e 24 de março



«A tua Europa, a tua voz» de 2023

«A tua Europa, a tua voz» celebra a sua 14.ª edição em 2023, regressando ao formato presencial após três anos. A nova edição tem como tema «Diálogos com a juventude sobre a democracia» e terá lugar em 23 e 24 de março de 2023.

A edição de 2023 realiza-se após um ano difícil, dominado pela crise ucraniana, pelas ameaças a regimes pacíficos e por desafios sociais e económicos imprevisíveis causadores de mudanças sistémicas, e centrar-se-á na forma de sensibilizar para os valores democráticos, fomentando ao mesmo tempo o pensamento crítico e a capacitação e participação dos jovens.

Durante o evento, os alunos participarão num conjunto de ateliês e atividades interativas com o objetivo de formular recomendações que serão apresentadas às instituições europeias e aos responsáveis e decisores políticos europeus de alto nível. Mais informações [aqui](#).

28 de março



Fórum sobre o Futuro da Agricultura 2023

A [Conferência Anual do Fórum sobre o Futuro da Agricultura](#) terá lugar, em Bruxelas, a 28 de março de 2023 e consistirá em apresentações ao vivo, painéis de debate, intervenções interativas e oportunidades de trabalho em rede. Poderá também acompanhar os trabalhos por meios telemáticos. As [inscrições](#) já se encontram abertas.



Horizonte Europa (cluster 6): Candidaturas de projetos relacionados com a biodiversidade e serviços ecossistémicos

O Programa de Trabalho do Horizonte Europa “Cluster 6” 2023 oferece oportunidades de investigação e inovação que visam reduzir a degradação ambiental, travar e inverter o declínio da biodiversidade e melhorar a gestão dos recursos naturais nas zonas urbanas e rurais. Ajudará a garantir a segurança alimentar e nutricional dentro dos limites dos recursos planetários, e um ambiente limpo e saudável através do conhecimento, inovação e digitalização na agricultura, nos sistemas alimentares e na silvicultura.

Os projetos do “Cluster 6” apoiam a transição para uma economia circular de baixo carbono e eficiente em termos de recursos e uma bioeconomia sustentável. O capítulo “Biodiversidade e serviços ecossistémicos” ajudará a desenvolver práticas na agricultura e silvicultura que apoiam a utilização sustentável da biodiversidade e uma vasta gama de serviços ecossistémicos. Os tópicos neste capítulo visam preservar e restaurar a biodiversidade e os ecossistemas essenciais, assegurando simultaneamente uma produção primária resiliente, através de um melhor conhecimento e inovação. Os projetos devem ser carregados [aqui](#). Mais informações [aqui](#).



Horizonte Europa (cluster 6): Candidaturas de projetos referentes a um ambiente limpo e poluição zero

Os projetos devem ser submetidos versando soluções inovadoras na agricultura para a disponibilidade e qualidade da água, e otimização da utilização dos efluentes pecuários procurando mitigar as emissões de GEE e minimizar a dispersão de nutrientes/contaminantes no ambiente. Os projetos devem ser carregados [aqui](#). Mais informações [aqui](#).

30 de março



5º Evento Europeu de Produtos de Qualidade e de Origem

A AREPO organizará, no dia 30 de março, em Bruxelas, o "[Evento Europeu de Produtos de Qualidade e Origem](#)" no âmbito da *AGROSMARTglobal*. Esta será a 5ª edição do evento e irá reunir instituições europeias, autoridades regionais e produtores regionais.

A [AGROSMARTglobal](#) "Espaço para a competitividade, promoção e expansão internacional inteligente das cooperativas agroalimentares nas zonas rurais do Sudoeste" é um projeto europeu cofinanciado pelo [Programa Interreg Sudoeste](#) 2014-2020 no âmbito do Eixo Prioritário 2: Estimular a competitividade e a internacionalização das PME do sudoeste da Europa.

Até 12 de abril



Horizonte Europa (cluster 6): Candidaturas de projetos respeitantes a sistemas alimentares justos, saudáveis e amigos do ambiente, desde a produção primária até ao consumo

Tópicos que se enquadram neste capítulo aceleram a transição para sistemas alimentares sustentáveis e mais resilientes. Dará poder aos agricultores e silvicultores através de inovações baseadas na natureza, tecnologia, digitalização e carácter social. Tal aumentará a resiliência climática e reduzirá a dependência de pesticidas e antimicrobianos. Também fornecerá aos consumidores alimentos seguros, nutritivos e saudáveis. Os projetos devem ser carregados [aqui](#). Mais informações [aqui](#).



Horizonte Europa (cluster 6): Candidaturas de projetos respeitantes aos solos, oceanos e água para a ação climática

A investigação e inovação neste domínio ajudarão os agricultores a contribuir significativamente para a neutralidade climática. Os projetos devem ser carregados [aqui](#). Mais informações [aqui](#).



Horizonte Europa (cluster 6): Candidaturas de projetos respeitantes às comunidades rurais, costeiras e urbanas resilientes, inclusivas, saudáveis e verdes

As candidaturas devem contribuir para melhores inovações digitais, sociais e comunitárias para zonas rurais, costeiras e urbanas resilientes e prósperas. Serão apoiadas sinergias através de laboratórios vivos, aldeias inteligentes ou grupos operacionais EIP-AGRI. Novos modelos de governação que promovam a troca de conhecimentos, ferramentas inovadoras e soluções digitais capacitarão e ligarão os agricultores, permitindo a resiliência e sustentabilidade. Os projetos devem ser carregados [aqui](#). Mais informações [aqui](#).

Até 13 de abril



Consulta pública relativa à Comunicação “Defender a democracia europeia”

Esta iniciativa visa introduzir o pacote para a defesa da democracia, e examinar a execução do Plano de Ação para a Democracia Europeia, e estudar formas de fortalecer a resiliência democrática, dando seguimento à Conferência sobre o Futuro da Europa. Os comentários das partes interessadas poderão ser carregados [aqui](#).

Até 24 de abril



Acordos respeitantes à sustentabilidade na agricultura - consulta sobre o projeto de orientações relativas à exclusão de abusos de posição dominante

A Comissão Europeia lançou uma [consulta pública](#) convidando todas as partes interessadas a comentar o seu [projeto de proposta de Orientações](#) sobre a forma de conceber acordos de sustentabilidade no domínio da agricultura ("Orientações") utilizando a nova exclusão das regras de concorrência da UE introduzida durante a recente reforma da PAC.

O artigo 101.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia proíbe em geral os acordos entre empresas que restringem a concorrência, tais como os acordos entre concorrentes que conduzem a preços mais altos ou a quantidades mais baixas. Contudo, o [artigo 210a do Regulamento 1308/2013](#) (acordos e práticas concertadas de organizações interprofissionais reconhecidas) que estabelece uma organização comum de mercado de produtos agrícolas ("Regulamento OCM") exclui dessa proibição certos acordos restritivos no setor agrícola, quando esses acordos são indispensáveis para alcançar padrões de sustentabilidade.

Até 25 de abril



Consulta pública respeitante às novas prioridades de produtos para a conceção ecológica dos produtos sustentáveis

A recente proposta da Comissão Europeia relativa à conceção ecológica dos produtos sustentáveis visa sujeitar os produtos vendidos na UE a requisitos relacionados com o desempenho e a requisitos de informação, a fim de assegurar uma maior sustentabilidade.

A Comissão procura obter pontos de vista sobre as categorias de novos produtos e as medidas a abordar em primeiro lugar, para que possa definir prioridades de forma transparente e inclusiva. Os eventuais contributos das partes interessadas devem ser carregados [aqui](#) até ao próximo dia 25 de abril.

Até 30 de abril



Prémio Capital Verde da Europa - 2025

Encontra-se aberto o [período para apresentação de candidaturas](#) para o prémio de [Capital Verde da Europa 2025](#)! Prazo final de candidaturas termina a 30 de abril de 2023. As áreas urbanas congregam muitos dos atuais desafios ambientais - não surpreende, uma vez que dois em cada três europeus vivem em vilas e cidades. Os governos e autoridades locais desempenham uma função essencial na mitigação e no dirimir de muitos destes desafios.

O Prémio Capital Verde atribuído pela Comissão Europeia, reconhece e recompensa os esforços locais para melhorar o ambiente e, conseqüentemente, a economia e a qualidade de vida nas cidades. O Prémio é atribuído anualmente a uma cidade, que está a liderar o caminho para uma vida urbana amiga do ambiente. O Prémio encoraja as cidades a empenharem-se em objetivos ambiciosos de melhoria ambiental.

Até 3 de maio



Oportunidades de aprendizagem (mobilidade para fins de aprendizagem) no estrangeiro, na Europa, para todos – Proposta de recomendação

Esta iniciativa visa promover as oportunidades de aprendizagem e ensino no estrangeiro, na Europa, em todos os setores e para todos os níveis de aprendizagem formal, não formal e informal, enquanto componente fundamental do Espaço Europeu da Educação. Irá: identificar os obstáculos à mobilidade para fins de aprendizagem; fornecer orientações sobre a superação desses obstáculos; promover a mobilidade para fins de aprendizagem e identificar possíveis incentivos; tornar a mobilidade para fins de aprendizagem mais inclusiva do ponto de vista social e respeitadora do ambiente e associá-la mais às oportunidades de aprendizagem digital. O período de consulta pública termina no próximo dia 3 de maio. As partes interessadas poderão carregar os seus comentários nesta [ligação](#).

Até 5 de maio



Cartão Europeu de Deficiência

O cartão europeu de deficiência facilitará a livre circulação das pessoas com deficiência na UE. Com este cartão, a condição de deficiência reconhecida num país da UE também deverá ser reconhecida noutros países, dando ao titular acesso em condições preferenciais a certos serviços em toda a UE.

Deverá basear-se no projeto-piloto do cartão europeu de deficiência (que abrange a cultura, o lazer, o desporto e os transportes) e aplicar-se a uma gama mais vasta de serviços. Poderá também incorporar o cartão de estacionamento da UE para pessoas com deficiência. Os contributos para esta consulta pública devem ser partilhados [aqui](#).

16 de maio



Migrantes: convite à apresentação de propostas para financiar ações de integração e percursos complementares

A 17 de janeiro, a Comissão Europeia [lançou](#) um novo [convite](#) à apresentação de propostas para subvenções no valor de 40 milhões de euros ao abrigo do [Fundo de Integração, Migrações e Asilo \(AMIF\)](#). O convite está aberto até 16 de maio de 2023. Os beneficiários essenciais dos projetos são os migrantes, incluindo as pessoas com necessidade de proteção.

O papel das autoridades locais e regionais na [inclusão e integração de migrantes](#) poderá ser igualmente participado. O financiamento estará também disponível para ações que promovam a integração no mercado de trabalho, por exemplo, através da promoção da cooperação entre parceiros económicos e sociais, empregadores e organismos públicos. O convite aborda igualmente a promoção de percursos complementares ligados ao trabalho, apoiando a integração na educação, bem como uma prioridade sobre a proteção das crianças na migração.

Até 31 de maio



Aberto convite para a mobilidade de artistas e profissionais culturais

O primeiro [convite](#) à mobilidade individual destina-se a artistas e profissionais da cultura que trabalham nos seguintes setores: arquitetura, património cultural, design, design de moda, tradução literária, música, artes visuais e artes do espetáculo dos países participantes no programa Europa Criativa e que viajem para outro país do programa Europa Criativa, por um período de sete a 60 dias, no caso de artistas individuais, e de sete a 21 dias em caso de grupos de pessoas (duas a cinco pessoas).

O presente convite está aberto de 10 de outubro de 2022 a 31 de maio de 2023. As ações de mobilidade individual funcionarão com base em convites contínuos abertos todos os anos, do outono à primavera, com avaliações mensais. O subsídio de mobilidade «[A Cultura Move a Europa](#)» inclui: despesas de viagem normais (350 EUR de viagem de ida e volta para distâncias até 5 mil km e 700 EUR de viagens de ida e volta para distâncias superiores a 5 001 km), além de 75 EUR por dia para contribuir para

as despesas de estadia e alojamento. Além disso, em consonância com as prioridades horizontais do programa, como a inclusão e a sustentabilidade, estão previstas várias **dotações complementares**, tais como o **apoio aos requerentes provenientes de países e territórios ultramarinos** e **das Regiões Ultraperiféricas** ou que viajem para esses destinos. Todas as informações [aqui](#).

6 e 7 de junho



Semana Verde da UE – Edição de 2023

Participe na [conferência](#) de 6 a 7 de junho para se inteirar das políticas ambientais da UE, e em particular sobre biodiversidade, economia circular, e poluição zero. É uma oportunidade para celebrar os progressos já alcançados, inspirando ao mesmo tempo indivíduos, comunidades e organizações a adotar novas medidas para proteger e restaurar o nosso ambiente para as gerações presentes e futuras.

Ao longo da semana, realizar-se-ão em toda a Europa e nos países terceiros eventos organizados por escolas, universidades, associações empresariais, organizações ambientais e agências governamentais. Procurar-se-á sensibilizar e educar as pessoas sobre a importância de proteger o ambiente e promover práticas de vida sustentáveis, através de oficinas educativas, seminários, e de projetos amigos do ambiente, que irão realçar a importância das competências "verdes" - competências que capacitarão as pessoas a aderir e contribuir para a transição verde.

As **candidaturas para que as partes interessadas possam ser [parceiras](#) na realização de eventos estarão abertas entre o próximo dia 1 e 15 de março**. Todos os pormenores podem ser consultados [aqui](#). Orientações [aqui](#).

20 a 22 de junho



Semana Europeia da Energia Sustentável 2023

O tema desta edição será "Acelerar a transição para energias limpas - faturas menores e maiores competências". A semana europeia é o maior evento anual dedicado às energias renováveis e à utilização eficiente da energia na Europa. Compreende uma série de atividades destinadas a construir um futuro energético seguro para a Europa. Inscrição e restantes informações [aqui](#).



Agricultura e Alimentação

Conferência sobre o Futuro da Europa: painel de cidadãos apresenta 23 recomendações visando impulsionar a redução do desperdício alimentar na UE

Entre 10 e 12 de fevereiro, a Comissão Europeia acolheu em Bruxelas a sessão de encerramento do primeiro Painel de Cidadãos Europeus dedicado ao Desperdício Alimentar, que permitiu aos cidadãos darem o seu [contributo](#) sobre a forma de intensificar a ação para reduzir o desperdício alimentar na UE. Esta é a primeira duma série de Painéis de Cidadãos lançados no seguimento da Conferência sobre o Futuro da Europa, incorporando práticas participativas e deliberativas no processo de elaboração de políticas da Comissão Europeia em determinadas áreas políticas fundamentais.

A redução dos resíduos, e particularmente dos resíduos alimentares, é objeto de uma proposta legislativa incluída no [Programa de Trabalho da Comissão para 2023](#), em conformidade com a sua Estratégia "Do Prado ao Prato". No final de três fins de semana de deliberações, e com a presença de cerca de 150 cidadãos selecionados aleatoriamente para representar a diversidade da população europeia, o painel de cidadãos apresentou 23 recomendações destinadas a impulsionar os esforços em curso para reduzir os resíduos

alimentares, reforçando a cooperação na cadeia de valor alimentar, encorajando iniciativas relevantes na indústria alimentar e apoiando a mudança de comportamento dos consumidores.

Adubos: Garantir a disponibilidade, a acessibilidade dos preços e a autonomia a longo prazo

O Parlamento Europeu [insta](#) a Comissão a assegurar o fornecimento de fertilizantes, a tomar medidas para reduzir os preços e a aumentar a autonomia estratégica da UE em matéria de adubos. Numa resolução aprovada esta quinta-feira, por mão ao ar, os eurodeputados pedem que, até junho de 2023, sejam delineadas duas estratégias a longo prazo da União Europeia: uma para os adubos, outra relativa aos nutrientes do solo.

Os eurodeputados observam que o gás russo, usado na produção de adubos, contribui para o financiamento da guerra na Ucrânia e, por isso, apelam «para que sejam atribuídos recursos suficientes o mais rapidamente possível para acabar com a dependência deste gás». Os eurodeputados reconhecem igualmente que a autossuficiência europeia em matéria de fertilizantes minerais «não é realista» a médio prazo e que as matérias-primas utilizadas para produzir adubos provêm frequentemente de regimes autocráticos. A UE não deve «substituir uma dependência por outra» e deve aumentar a sua autonomia estratégica em matéria de adubos, notam os membros do Parlamento Europeu.

Como medida a curto prazo para aumentar a disponibilidade de adubos e estabilizar os preços, os eurodeputados propõem utilizar parte do orçamento agrícola de 2023 para prestar assistência imediata aos agricultores e alargar a suspensão temporária dos direitos de importação a todos os adubos minerais, com exceção dos provenientes da Rússia e da Bielorrússia. Recomendam igualmente à Comissão que estude um mecanismo de compra conjunta de adubos a nível da UE e a forma como os estrangulamentos logísticos no mercado dos adubos podem ser reduzidos. A longo prazo, os deputados recomendam a aceleração do processo de descarbonização e a utilização de nutrientes livres de fósseis e reciclados para produzir fertilizantes.

Bem-estar animal: Comissão Europeia pretende reforçar a proteção para os animais transportados por mar

A Comissão Europeia [propôs](#), através dum projeto de ato delegado, o reforço das regras para a proteção dos animais transportados por mar. Está a procurar que sejam aplicados novos requisitos mais rigorosos à manutenção de registos, procedimentos de emergência, instalações de pontos de saída e aprovação de embarcações de transporte de animais vivos. As novas regras visam reforçar as inspeções dos Estados-Membros às embarcações de transporte de animais vivos. Será criada uma base de dados europeia pela Agência Europeia de Segurança Marítima (EMSA) para registar todas as inspeções e permitir aos Estados-Membros aceder rapidamente a todas as informações relevantes durante as inspeções.



Ambiente

Objetivo 55: zero emissões de CO2 para novos automóveis ligeiros em 2035

O Parlamento Europeu [aprovou](#) os mais recentes objetivos de redução das emissões de CO2 para os novos automóveis de passageiros e veículos comerciais ligeiros, que integram o pacote Objetivo 55. Os eurodeputados aprovaram, com 340 votos a favor, 279 contra e 21 abstenções, o acordo alcançado com o Conselho para a revisão das normas de desempenho em matéria de emissões de CO2 dos novos automóveis de passageiros e veículos comerciais ligeiros, em consonância com o aumento da ambição climática da UE.

A nova legislação define o caminho para emissões nulas de CO2 dos novos automóveis de passageiros e veículos comerciais ligeiros em 2035 – um objetivo para a frota da União de reduzir em 100 % as emissões de CO2 produzidas pelos novos carros e furgonetas relativamente a 2021. Os objetivos intermédios de redução das emissões para 2030 são fixados em 55 % para os automóveis de passageiros e em 50 % para os veículos comerciais ligeiros.

O regulamento prevê outras medidas fundamentais, tais como os fabricantes que vendem mais veículos com nível nulo ou baixo de emissões (entre 0 e 50 g CO2/km, como veículos elétricos e híbridos recarregáveis com bom desempenho) são recompensados com objetivos de redução das emissões de CO2 mais baixos, através do atual mecanismo de incentivo. Este mecanismo será ajustado às tendências de vendas esperadas. De 2025 a 2029, o valor de referência das vendas de veículos com nível nulo ou baixo de emissões é fixado em 25 % para novos automóveis de passageiros e em 17 % para novos veículos comerciais ligeiros. O incentivo será eliminado em 2030.

De dois em dois anos, a partir do final de 2025, a Comissão publicará um relatório para avaliar os progressos rumo a uma mobilidade rodoviária sem emissões. Na sequência da votação final em sessão plenária, o texto terá agora de ser formalmente aprovado pelo Conselho. Pouco tempo depois, será publicado no Jornal Oficial da UE.

Aliança Mundial contra as Alterações Climáticas + – Realizações não corresponderam às ambições

A Aliança Global contra as Alterações Climáticas (lançada pela UE em 2007 para apoiar os países em desenvolvimento pobres na resposta às alterações climáticas) não cumpriu as suas promessas, afirma o Tribunal de Contas Europeu (TCE) no seu novo [relatório](#). O TCE vê poucas provas de que a iniciativa tenha aumentado a resiliência dos países às alterações climáticas. Em relação à eficiência, as ações concluídas apresentam resultados, mas por vezes com custos elevados.

"Concluímos que a Aliança Global contra as Alterações Climáticas teve menos impacto do que se esperava. Previa-se que se reduzisse gradualmente o reforço das capacidades para se passar a ações mais concretas de apoio direto à população, mas esta transição não

foi sistemática", realça Hannu Takkula, Membro do TCE responsável pela auditoria. "Entendemos que a Comissão Europeia deve centrar-se nas pessoas mais prejudicadas pelas alterações climáticas e aplicar a experiência que adquiriu com esta iniciativa nas ações de ajuda que realizar nesta área no futuro", acrescenta. A estratégia da Aliança Mundial contra as Alterações Climáticas baseou-se em dois pilares: o incentivo ao diálogo e à partilha de conhecimentos e o apoio técnico e financeiro a medidas relativas às alterações climáticas e ao risco de catástrofes.

O TCE conclui que a iniciativa não mediu as melhorias registadas na situação das pessoas nem deu atenção suficiente às necessidades dos mais prejudicados. A ajuda nem sempre chegou às pessoas vulneráveis pretendidas: por exemplo, poucas ações incluíram atividades especificamente orientadas para as necessidades das mulheres, e outras ações tinham custos que as famílias mais pobres não podiam suportar. Além disso, podia-se ter ampliado ações experimentais que tiveram sucesso, permitindo que beneficiassem mais pessoas.



Coesão e solidariedade interna da UE

Fundo de recuperação: Conselho adota atualização do plano nacional da Alemanha

O Conselho [adotou](#) uma decisão de execução que altera o [plano de recuperação e resiliência da Alemanha](#). A atualização do plano da Alemanha é de natureza técnica e diz respeito a duas medidas do plano alemão – uma relacionada com a digitalização do transporte ferroviário e a outra com a investigação e o desenvolvimento de vacinas contra o SARS-CoV-2. No que diz respeito à digitalização do transporte ferroviário, um dos sete projetos alemães viu adiada a data da sua conclusão devido a atrasos excecionais na construção. No que diz respeito à investigação e desenvolvimento de vacinas, devido a vários fatores de incerteza inerentes à investigação e ao desenvolvimento, as metas precisas de um dos programas alemães tiveram de ser alteradas.

A alteração muito limitada apresentada pela Alemanha não afeta a pertinência, a eficácia, a eficiência e a coerência do seu plano de recuperação e resiliência. Em 2023, prevê-se que, gradualmente, cada um dos 27 Estados-Membros solicite decisões de execução relativas a atualizações dos respetivos planos nacionais de recuperação e resiliência pelo menos uma vez, para que seja possível aceder às novas subvenções do plano REPowerEU, solicitar empréstimos disponíveis ou ter em conta a dotação atualizada do MRR.

O Mecanismo de Recuperação e Resiliência é o programa da UE de apoio financeiro em grande escala destinado a dar resposta aos desafios que a pandemia colocou à economia europeia. Os 724 mil milhões de euros (a preços correntes) do mecanismo estão a ser utilizados para apoiar as reformas e os investimentos descritos nos planos de recuperação e resiliência dos Estados-Membros. A Alemanha foi um dos primeiros Estados-Membros cujo plano nacional de recuperação e resiliência obteve luz verde (em 13 de julho de 2021).

A contribuição financeira máxima do Mecanismo de Recuperação e Resiliência para o apoio financeiro não reembolsável de cada Estado-Membro foi atualizada em 30 de junho de 2022. A 9 de dezembro de 2022, a Alemanha apresentou à Comissão um plano nacional atualizado, a fim de ter em conta as alterações em duas medidas, que se ficaram a dever a circunstâncias objetivas.



Cultura

18 filmes apoiados pela UE apresentados no Festival Internacional de Cinema de Berlim de 2023

18 filmes apoiados pela UE serão [apresentados](#) na 73.ª edição do [Festival Internacional de Cinema de Berlim](#), que começou no passado dia 16. "Algum dia dizemos tudo um ao outro", de Emily Atef, foi pré-selecionado na seção "Competição", e por isso irá competir para os prestigiados Ursos de Ouro e Prata. Os outros 17 filmes competirão por outros "Berlinale" e prémios independentes. Estes filmes têm sido apoiados pela vertente [MÉDIA do Programa Europa Criativa](#), tanto no seu desenvolvimento como na sua distribuição.



Defesa e Segurança

Acesso a provas eletrónicas: Conselho autoriza Estados-Membros a ratificarem acordo internacional

O Conselho [adotou](#) uma decisão que autoriza os Estados-Membros a ratificarem, no interesse da UE, o segundo protocolo adicional à Convenção sobre o Cibercrime (Convenção de Budapeste). Este protocolo melhorará o acesso transfronteiras a provas eletrónicas, com vista à sua utilização em processos penais. Contribuirá para a luta contra o cibercrime e outras formas de criminalidade a nível mundial, simplificando a cooperação entre os Estados-Membros e os países terceiros, e assegurando, simultaneamente, um elevado nível de proteção das pessoas e o cumprimento das normas da UE em matéria de proteção de dados.

O protocolo abrange procedimentos destinados a melhorar a cooperação internacional entre as autoridades, bem como a reforçar a cooperação direta com os prestadores de serviços e entidades localizados noutros países. Estabelece igualmente procedimentos para o auxílio judiciário mútuo de emergência. O protocolo poderia eventualmente ser aplicado em todo o mundo, tendo já sido assinado

por 34 países, incluindo 18 Estados-Membros da UE. Complementará o quadro interno da UE sobre o acesso a provas eletrónicas, recentemente acordado entre o Conselho da UE e o Parlamento Europeu, que aguarda adoção formal.

A UE não pode assinar o protocolo, uma vez que apenas Estados podem ser partes no mesmo. Por conseguinte, em 5 de abril de 2022, o Conselho autorizou os Estados-Membros a assinarem o protocolo, agindo conjuntamente no interesse da UE. O Conselho enviou igualmente ao Parlamento, para aprovação, a decisão que autoriza os Estados-Membros a ratificarem o protocolo. O Parlamento Europeu deu a sua aprovação em 17 de janeiro.

Eurodeputados defendem ajuda militar à Ucrânia durante o tempo que for necessário

Os eurodeputados [apelam](#) a que se pondere seriamente a entrega de aviões de caça, helicópteros, sistemas de mísseis adequados e um aumento substancial das munições à Ucrânia. Numa resolução que assinala um ano de guerra da Rússia contra a Ucrânia, os eurodeputados condenam veementemente a agressão de Moscovo e reiteram a sua solidariedade inabalável para com o povo e os dirigentes da Ucrânia.

Os eurodeputados reafirmam o seu apoio à prestação de assistência militar à Ucrânia durante o tempo necessário e apelam a que se pondere seriamente a entrega de aviões de caça e helicópteros ocidentais, de sistemas de mísseis adequados e o aumento substancial das entregas de munições para Kiev. A Ucrânia deve poder defender-se, mas também recuperar o controlo total de todo o seu território internacionalmente reconhecido.

Na resolução, os eurodeputados instam os Estados-Membros da UE a adotarem o décimo pacote de sanções contra a Rússia e países seus aliados até ao final de fevereiro. Também querem alargar substancialmente o âmbito das sanções. Apelam igualmente à UE, aos Estados-Membros e aos seus aliados a tornarem as sanções já em vigor mais eficazes e a tomarem medidas urgentes para bloquear qualquer tentativa de as contornar. Os eurodeputados solicitam ainda que seja completado o regime jurídico que permite o confisco dos bens russos congelados pela UE. Esses haveres devem então ser usados para reconstruir a Ucrânia e para compensar as vítimas da guerra. Sublinham também que, uma vez terminada a guerra, a Rússia terá de pagar as indemnizações a que for obrigada, a fim de contribuir substancialmente para a reconstrução da Ucrânia.



Economia e Mercado

Comissão Europeia submete ao Conselho Acordo Comercial UE-Nova Zelândia para ratificação

A Comissão Europeia [submeteu](#) ao Conselho da União Europeia (Estados-Membros) o [Acordo Comercial UE-Nova Zelândia](#) para que possa ser ratificado. O envio ao Conselho dos projetos de decisão para a assinatura e a celebração do acordo constitui uma etapa essencial: logo que o Conselho dê luz verde, a UE e a Nova Zelândia poderão assinar o acordo e enviá-lo ao Parlamento Europeu para aprovação. Uma vez aprovado, o acordo poderá entrar em vigor.

A Comissão [refere](#) que «o acordo tem em conta os interesses dos produtores de [produtos agrícolas](#) sensíveis da UE: vários produtos lácteos, carne de bovino e de ovino, etanol e milho doce. Para estes setores, não haverá liberalização do comércio. Em contrapartida, o acordo permitirá importações com direitos nulos ou inferiores provenientes da Nova Zelândia apenas em quantidades limitadas (através dos chamados contingentes pautais). Os agricultores da UE terão benefícios para além das reduções pautais. O Acordo protegerá a lista completa de vinhos e bebidas espirituosas da UE (cerca de 2000 denominações), como *Prosecco*, *Vodka* Polaca, *Rioja*, *Champagne* e *Tokaji*. Além disso, na Nova Zelândia serão protegidos 163 dos mais famosos produtos tradicionais da UE (indicações geográficas), como os queijos Asiago, Feta, Comté ou Manchego, o presunto Istarski pršut, o maçapão Lübecker e as azeitonas Elia Kalamatas». O Queijo de São Jorge e o Mel dos Açores são duas das IGs abrangidas, assim como os vinhos dos Açores (Pico e Graciosa).

As negociações para um acordo de comércio livre com a Nova Zelândia tiveram início em junho de 2018. Até março de 2022, realizaram-se 12 rondas de negociações, seguidas de debates interseções, que conduziram à conclusão das negociações em 30 de junho de 2022, quando o acordo foi anunciado pela presidente Ursula von der Leyen e, em seguida, pela primeira-ministra da Nova Zelândia.

Previsões económicas do inverno de 2023: economia da UE deverá evitar a recessão, mas persistem fatores adversos

Quase um ano após o início da guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia, a economia da UE [entrou](#) em 2023 em melhores condições do que o previsto no outono. As [previsões intercalares do inverno](#) apontam para perspetivas de crescimento para este ano de 0,8 % na UE e de 0,9 % na área do euro. Prevê-se atualmente que a recessão técnica anunciada para o final do ano seja evitada, por pouco, na UE e na área do euro. As previsões também reveem em baixa as perspetivas de inflação, tanto para 2023 como para 2024.

Após uma expansão robusta no primeiro semestre de 2022, a dinâmica do crescimento registou um abrandamento no terceiro trimestre, embora ligeiramente inferior às previsões. Não obstante os choques adversos excecionais, a economia da UE evitou, no quarto trimestre, a contração projetada nas previsões do outono. Atualmente, prevê-se uma taxa de crescimento anual para 2022 de 3,5 %, tanto na UE como na área do euro.

A melhoria das perspetivas de crescimento para este ano deve-se a uma evolução favorável desde as previsões do outono. A diversificação contínua das fontes de aprovisionamento e a queda acentuada do consumo deixaram os níveis de armazenamento de

gás acima da média sazonal dos últimos anos, e os preços grossistas do gás desceram muito abaixo dos níveis anteriores à guerra. Além disso, manteve-se o bom desempenho do mercado de trabalho da UE, permanecendo a taxa de desemprego no mínimo histórico de 6,1 % até ao final de 2022. A confiança está a aumentar e as sondagens de janeiro indicam que a atividade económica deverá também evitar uma contração no primeiro trimestre de 2023.

No entanto, persistem fatores adversos. Os consumidores e as empresas ainda enfrentam elevados custos da energia. A inflação subjacente (inflação global, excluindo a energia e os alimentos não transformados) continuou a aumentar em janeiro, minando ainda mais o poder de compra dos agregados familiares. Com a persistência das pressões inflacionistas, a restritividade monetária deverá continuar prejudicando a atividade empresarial e travando o investimento.

As previsões intercalares do inverno preveem um crescimento de 0,8 % na UE e de 0,9 % na área do euro para 2023, respetivamente, 0,5 e 0,6 pontos percentuais mais elevado do que nas previsões do outono. A taxa de crescimento para 2024, de 1,6 % na UE e 1,5 % na área do euro, permanece inalterada. No final do horizonte de previsão, o volume da produção deverá ser quase 1 % superior ao projetado nas previsões do outono. As previsões de inflação foram revistas ligeiramente em baixa em comparação com o outono, refletindo principalmente a evolução do mercado da energia. Na UE, prevê-se que a inflação global desça de 9,2 % em 2022 para 6,4 % e 2,8 %, em 2023 e em 2024, respetivamente. Na área do euro, deverá desacelerar de 8,4 % em 2022 para 5,6 % e 2,5 %, em 2023 e 2024, respetivamente.

Parlamento defende um maior equilíbrio do BCE na luta contra a inflação

Os eurodeputados [adotaram](#) na passada quinta-feira as suas recomendações anuais ao Banco Central Europeu após o debate com a presidente da instituição, Christine Lagarde. A inflação dominou tanto o [debate de quarta-feira](#) como as preocupações dos deputados europeus nas recomendações adotadas. No entanto, os eurodeputados dedicaram também atenção à revisão da governação económica da UE, das alterações climáticas e da sua relação com a política monetária, bem como à necessidade de prestar mais atenção aos outros objetivos que o BCE está incumbido de abordar — nomeadamente as suas atividades para proteger a estabilidade dos preços contra as alterações climáticas e ajudar a tornar a economia mais ecológica.

Os eurodeputados afirmam que a garantia da estabilidade dos preços exige agora uma coordenação ainda mais estreita das políticas orçamentais e monetárias, uma vez que a política monetária tradicional, por si só, não pode abordar todas as causas das atuais pressões inflacionistas, que se devem principalmente aos preços da energia e dos produtos alimentares.

Observam que o BCE reconheceu repetidamente que o aumento das taxas de juro não reduziria os preços da energia e não afetaria a inflação a curto prazo. Para o efeito, convidam o BCE a refletir sobre um acerto mais equilibrado e gradual da política, tendo em conta o elevado nível de incerteza e apelando a que quaisquer decisões futuras sobre taxas sejam bem fundamentadas.

Os eurodeputados manifestam igualmente a sua preocupação com o risco de fragmentação entre as economias nacionais da UE, devido às divergências nos níveis de inflação entre os países da zona euro, de 25,2 % na Estónia para 6,6 % em França, em agosto de 2022.



Educação

“Educação não pode esperar”: Equipa Europa promete 313 milhões de euros para melhorar a educação das crianças em situações de crise e não deixar ninguém para trás

A Comissão Europeia e vários Estados-Membros da UE, na qualidade de Equipa Europa, [prometeram](#) 313 milhões de euros ao Fundo Global das Nações Unidas "Education Cannot Wait", que ajuda crianças vulneráveis em situações de crise com apoio educativo imediato e a longo prazo. Esta é a maior contribuição para o fundo.

Tanto a UE como o Fundo "Educação não pode esperar" promovem o acesso à educação de qualidade para as crianças mais excluídas e procuram fazer investimentos na educação mais eficazes e sustentáveis, colmatando o fosso entre as intervenções humanitárias e de desenvolvimento, em conformidade com os compromissos assumidos na Cimeira para a Transformação da Educação.

O financiamento através do Fundo complementa outros apoios da UE para promover uma educação de qualidade para crianças e jovens em situações de emergência e crises prolongadas e para construir a resiliência dos sistemas educativos dos países parceiros. O investimento da UE na educação em países frágeis atingirá 3,2 mil milhões de euros só do orçamento da UE durante o período 2021-2027.



Emprego

Comissão Europeia toma medidas para melhorar a proteção dos trabalhadores, definindo novos limites de exposição para o chumbo e os di-isocianatos

A Comissão [adotou](#) medidas para melhorar a proteção dos trabalhadores contra os riscos para a saúde associados à exposição a produtos químicos perigosos: o chumbo e os di-isocianatos. No que diz respeito ao chumbo, um limite de exposição

significativamente reduzido irá ajudar a prevenir os problemas de saúde que afetam os trabalhadores, designadamente os que se relacionam as funções reprodutivas e o desenvolvimento fetal. Para os di-isocianatos, um novo limite de exposição irá evitar casos de asma e outras doenças respiratórias.

Concretamente, a Comissão Europeia propõe a alteração de duas diretivas: a [Diretiva relativa à proteção dos trabalhadores contra riscos ligados à exposição a agentes cancerígenos ou mutagénicos durante o trabalho](#), no que respeita ao chumbo, e a [Diretiva relativa à proteção da segurança e da saúde dos trabalhadores contra os riscos ligados à exposição a agentes químicos no trabalho](#), no que respeita ao chumbo e aos di-isocianatos.

As alterações propostas são também cruciais para proteger os trabalhadores no contexto da transição para a neutralidade climática: é provável que tanto o chumbo como os di-isocianatos sejam utilizados, por exemplo, na produção de baterias ou em processos para tornar os veículos elétricos mais leves, em turbinas eólicas ou como materiais isolantes na renovação de edifícios.



Comissão Europeia estabelece regras para o hidrogénio renovável

A Comissão Europeia [propôs](#) o estabelecimento de regras pormenorizadas para definir o que constitui hidrogénio renovável na UE, tendo adotado os dois atos delegados previstos no quadro da [Diretiva Energias Renováveis](#). Estes atos integram-se no vasto quadro regulamentar da UE para o hidrogénio, que prevê investimentos em infraestruturas energéticas e regras sobre auxílios estatais, bem como metas legislativas em matéria de hidrogénio renovável para os setores da indústria e dos transportes. Garantirão, igualmente, que todos os [combustíveis renováveis de origem não biológica](#) sejam produzidos a partir de eletricidade renovável.

Os dois atos estão inter-relacionados e ambos são necessários para que os combustíveis possam ser contabilizados para efeitos da realização da meta prevista, para os Estados-Membros, em matéria de energias renováveis. As regras proporcionarão segurança regulamentar aos investidores, enquanto a UE se esforça por produzir, a nível interno, 10 milhões de toneladas de hidrogénio renovável e de importar outros 10 milhões de toneladas deste produto tal como previsto na meta fixada no âmbito do [Plano REPowerEU](#).

Em 2020, a Comissão adotou uma [Estratégia do Hidrogénio](#), na qual definiu a sua visão para a criação de um ecossistema europeu do hidrogénio, que vá da investigação e inovação até à produção e às infraestruturas, passando pelo desenvolvimento de normas e mercados internacionais. Prevê-se que o hidrogénio desempenhe um papel importante na descarbonização da indústria e dos transportes pesados na Europa e a nível mundial. No âmbito do pacote [Objetivo 55](#), a Comissão introduziu vários incentivos para a sua adoção, incluindo metas obrigatórias para a indústria e os setores dos transportes.

O hidrogénio é também um pilar fundamental do [Plano REPowerEU](#), que visa eliminar os combustíveis fósseis russos. A Comissão definiu o conceito de «acelerador do hidrogénio» a fim de intensificar a implantação do hidrogénio renovável. O Plano REPowerEU visa, principalmente, fazer com que, até 2023, a UE produza 10 milhões de toneladas de hidrogénio renovável e importe apenas 10 milhões de toneladas deste produto.

REPowerEU: medidas energéticas a incluir nos planos nacionais de recuperação

Os eurodeputados [querem](#) incluir medidas *REPowerEU* nos planos nacionais para aumentar a independência dos combustíveis fósseis russos, acelerar a transição ecológica e combater a pobreza energética. O plenário confirmou, com 535 votos a favor, 63 contra e 53 abstenções, um [acordo](#) alcançado com o Conselho em dezembro de 2022. Nos termos do acordo, os Estados-Membros que se candidatem a receber fundos adicionais através de alterações ao [plano de recuperação e resiliência](#) terão de incluir medidas destinadas a poupar energia, a produzir energia limpa e a diversificar o aprovisionamento energético, tal como previsto no plano [REPowerEU](#) da UE.

As novas regras abrangerão medidas com efeitos retroativos a partir de 1 de fevereiro de 2022, com algumas exceções pontuais. Os eurodeputados asseguraram-se de que estas medidas foram concebidas para apoiar investimentos destinados a combater a pobreza energética das famílias vulneráveis, das PME e das microempresas. Os eurodeputados convenceram os Estados-Membros a afetar, pelo menos, 30% das suas despesas ao abrigo do *REPowerEU* a medidas plurinacionais, abordando os estrangulamentos existentes no transporte, distribuição e armazenamento de energia, bem como aumentando os fluxos transfronteiriços, mesmo que realizados por um Estado-Membro.

Os eurodeputados também conseguiram introduzir novas regras de transparência relativamente aos 100 destinatários finais que recebem o montante mais elevado de financiamento. As regras aplicar-se-ão à totalidade dos planos de recuperação e resiliência. O [princípio de «não prejudicar significativamente»](#) deve aplicar-se aos capítulos REPowerEU, com isenções temporárias atribuídas a medidas que salvaguardem as preocupações imediatas da UE em matéria de segurança energética, minimizem os potenciais danos ambientais e não comprometam os objetivos climáticos da UE.

Os negociadores do Parlamento garantiram que dos 20 mil milhões de euros adicionais em subsídios propostos pela Comissão, 8 mil milhões resultam de um anterior leilão de atribuição de licenças de emissão ao abrigo do [Sistema de Comércio de Licenças de Emissão](#)

da UE (CELE), enquanto 12 mil milhões têm origem no [Fundo de Inovação](#). Além disso, as receitas obtidas através do CELE não podem ser utilizadas para investimentos em combustíveis fósseis.

Comissão Europeia decide intentar ações contra a Croácia, a Hungria e Portugal perante o Tribunal de Justiça da União Europeia por estes Estados-Membros não terem aplicado as regras da UE relativas à promoção da utilização de energia de fontes renováveis na Europa

A Comissão Europeia [decidiu](#) intentar ações contra a Croácia, a Hungria e Portugal perante o Tribunal de Justiça da União Europeia, solicitando a imposição de sanções financeiras em conformidade com o artigo 260.º, n.º 3, do TFUE, por estes Estados-Membros não terem transposto para o direito nacional a [Diretiva \(UE\) 2018/2001 \(Diretiva Energias Renováveis\)](#). Deste modo, a Comissão toma medidas jurídicas para garantir o desenvolvimento da energia de fontes renováveis na UE e para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, a dependência energética e os preços elevados.

Os Estados-Membros tinham até 30 de junho de 2021 para efetuar a transposição da diretiva. A Comissão tem apoiado continuamente os Estados-Membros na transposição das normas jurídicas, mas a Croácia, a Hungria e Portugal ainda não comunicaram adequadamente as medidas de transposição de cada disposição da diretiva para o direito nacional respetivo. Em julho de 2021, a Comissão enviou uma notificação para cumprir a todos os Estados-Membros. Em maio de 2022, após ter avaliado as medidas de transposição notificadas por estes três Estados-Membros, a Comissão emitiu [pareceres fundamentados](#), instando-os a cumprir a obrigação de indicar com suficiente clareza e exatidão todas as medidas nacionais que considerassem proceder à transposição da diretiva. A Croácia, a Hungria e Portugal são os únicos Estados-Membros que ainda não comunicaram nenhum quadro de correspondência ou documento explicativo que especifique as medidas de transposição de cada disposição da diretiva. Por conseguinte, a Comissão decidiu intentar ações contra estes Estados-Membros perante o Tribunal de Justiça da União Europeia.

A energia de fontes renováveis é um elemento fundamental do [Pacto Ecológico Europeu](#) e um pilar central do [Plano REPowerEU](#). No que diz respeito à execução da versão revista da Diretiva Energias Renováveis, a Comissão iniciou procedimentos de infração contra os 27 Estados-Membros, por não terem comunicado todas as medidas de transposição da diretiva até ao prazo de 30 de junho de 2021.

Auxílios estatais: Comissão aprova um regime dinamarquês de apoio à produção de hidrogénio renovável no valor de 170 milhões de euros

A Comissão Europeia [aprovou](#), ao abrigo das regras de auxílio estatal da UE, um regime dinamarquês de apoio à produção de hidrogénio renovável através de tecnologias *Power-to-X* ("PtX"). A medida visa contribuir para o desenvolvimento de hidrogénio renovável, em conformidade com os objetivos da Estratégia Europeia para o Hidrogénio e do Pacto Ecológico Europeu. O regime contribuirá também para os objetivos do *Plano REPowerEU* de acabar com a dependência dos combustíveis fósseis russos e acelerar a transição verde.



Espaço

Eurodeputados aprovam lançamento de novos satélites da UE para proteger as comunicações governamentais

Uma nova rede de satélites europeus de telecomunicações IRIS² estará ativa a partir de 2024, após a [luz verde](#) do Parlamento na terça-feira. Um orçamento de 2,4 mil milhões de euros permitirá à UE criar a nova Infraestrutura de Resiliência, Interconetividade e Segurança por Satélite (IRIS²); o primeiro conjunto de satélites multi-orbitais da Europa. Os novos satélites proporcionarão uma infraestrutura de comunicações segura para organismos e agências governamentais da UE, serviços de emergência e delegações europeias em todo o mundo.

A decisão garantirá a autonomia estratégica da UE no domínio das comunicações governamentais seguras, num contexto em que as ameaças à cibersegurança estão a tornar-se cada vez mais importantes, especialmente após a guerra da Rússia contra a Ucrânia. Nas negociações com os ministros da UE, os eurodeputados asseguraram o reforço das disposições ambientais e da sustentabilidade do sistema, prevenindo a proliferação de detritos espaciais, a poluição luminosa e a compensação da pegada de carbono para compensar as emissões do seu funcionamento. Na sequência da aprovação do Parlamento com 603 votos contra 6 e 39 abstenções, o texto terá de ser formalmente adotado pelo Conselho antes de ser assinado e publicado em Jornal Oficial.



Estado de Direito

Comissão Europeia avança com o 10.º pacote de sanções contra a Rússia

A Comissão Europeia, através da sua presidente, Ursula von der Leyen, [apresentou](#) uma nova proposta de pacote de sanções direcionadas à Rússia. São avançadas novas proibições que totalizam mais de 11 mil milhões de euros, para privar a economia russa

de tecnologia crítica e bens industriais. São visados igualmente bens para o setor da construção que podem ser direcionados para as forças armadas da Rússia, tais como antenas ou gruas.

Procura-se restringir ainda mais a exportação de bens de dupla utilização e de bens de tecnologia avançada. Propõem-se controlos em 47 novos componentes eletrónicos que podem ser utilizados nos sistemas de armamento russos, incluindo drones, mísseis e helicópteros. E em materiais específicos de terras raras e câmaras térmicas. O 10.º pacote procura introduzir, por outro lado, novas medidas para evitar que as sanções que sejam contornadas.

Pacote de procedimentos de infração de fevereiro: principais decisões

A Comissão Europeia [decidiu](#) intentar contra Portugal duas ações perante o Tribunal de Justiça da União Europeia: uma por não ter notificado a transposição integral da [Diretiva \(UE\) 2018/2001](#) relativa à promoção da utilização de energia de fontes renováveis ([INFR\(2021\)0326](#)) – o comunicado de imprensa pode ser consultado [aqui](#) - e uma segunda por não ter comunicado as medidas de transposição relativas aos direitos de autor ([INFR 2021/0330](#)) – o comunicado de imprensa pode ser consultado [aqui](#)

Em relação a Portugal, a Comissão Europeia decidiu ainda dar início a um procedimento de infração através do envio de carta de notificação para cumprir sobre Gestão da água ([INFR\(2022\)2197](#)) e enviar um parecer fundamentado sobre Proteção contra as radiações ([INFR\(2021\)2096](#)).

No seu pacote regular de decisões relativas aos procedimentos de infração, a Comissão Europeia instaura ações judiciais contra vários Estados-Membros por estes não terem cumprido as obrigações que lhes são impostas pelo direito da UE. Estas decisões, que abrangem vários setores e domínios políticos da UE, visam assegurar a correta aplicação do direito da UE em benefício dos cidadãos e das empresas. Um resumo das principais decisões e as referências dos comunicados estão disponíveis [aqui](#). Os principais aspetos dos procedimentos de infração estão descritos [aqui](#)

Fiscalidade: Ilhas Virgens Britânicas, Costa Rica, Ilhas Marshall e Rússia acrescentadas à lista da UE de jurisdições não cooperantes para efeitos fiscais

A UE continua a promover a concorrência leal em matéria fiscal e a combater as práticas fiscais prejudiciais. O Conselho [decidiu](#) a 14 de fevereiro acrescentar as Ilhas Virgens Britânicas, a Costa Rica, as Ilhas Marshall e a Rússia à lista da UE de jurisdições não cooperantes para efeitos fiscais. Com estes aditamentos, a lista da UE é agora composta por 16 jurisdições: Samoa Americana; Anguila; Baamas; Ilhas Virgens Britânicas; Costa Rica; Fiji; Guame; Ilhas Marshall; Palau; Panamá; Rússia; Samoa; Trindade e Tobago; Ilhas Turcas e Caicos; Ilhas Virgens dos Estados Unidos; Vanuatu.

A lista revista da UE de jurisdições não cooperantes para efeitos fiscais (anexo I) inclui países que ou não participaram num diálogo construtivo com a UE sobre governação fiscal ou não honraram o compromisso de implementar as reformas necessárias. Essas reformas deverão visar o cumprimento de um conjunto de critérios objetivos de boa governação fiscal, que incluem a transparência fiscal, a equidade fiscal e a aplicação das normas internacionais concebidas para prevenir a erosão da base tributável e a transferência de lucros. O Grupo do Código de Conduta, a instância do Conselho da UE que prepara as atualizações da lista, coopera estreitamente com organismos internacionais como o FHTP para promover a boa governação fiscal a nível mundial.

Alegações de corrupção: eurodeputados insistem em mudanças ambiciosas e progressos rápidos

Os eurodeputados [pedem](#) mais reformas, a partir das que foram anunciadas pela Conferência dos Presidentes, e exigem a rápida criação de um órgão de ética independente da UE. O Parlamento aprovou esta quinta-feira duas resoluções sobre a questão da transparência e integridade na tomada de decisões da União Europeia.

Dando seguimento às [medidas solicitadas pelo Parlamento em dezembro de 2022](#) e saudando a recente [decisão da presidente do Parlamento e dos líderes dos grupos políticos](#) como um primeiro passo necessário, os eurodeputados europeus reiteram que querem "tolerância zero à corrupção sob qualquer forma e a qualquer nível" e insistem que a instituição deve mostrar "unidade inequívoca e determinação inabalável" a este respeito.

O Parlamento observa que as organizações não governamentais (ONG) foram alegadamente utilizadas como meio de interferência estrangeira e pede uma revisão dos regulamentos existentes para aumentar a transparência da sua governação, orçamento, influência estrangeira e pessoas de controlo significativo. Sublinha que as ONG que recebem fundos de entidades que não têm de estar inscritas no Registo de Transparência (por exemplo, países terceiros) também precisam de divulgar as suas fontes de financiamento, e solicita que, caso estas informações não forem divulgadas, as ONG não recebam fundos públicos da UE.

O Parlamento apela igualmente a uma pré-seleção financeira alargada antes da inscrição de uma ONG no registo de transparência da UE, à publicação de quaisquer acordos contratuais com a Comissão e a uma definição clara das ONG autorizadas a registar-se e elegíveis para financiamento da UE. No entanto, o Parlamento lamenta também a utilização do escândalo de corrupção para «lançar uma campanha difamante desviada» contra as ONG e difundir informações falsas sobre a falta de transparência do seu financiamento, reiterando o seu apoio inabalável às organizações da sociedade civil que defendem os direitos humanos e o ambiente, no pleno respeito das regras.



Violência contra as mulheres: Parlamento pede à UE que ratifique a Convenção de Istambul

A União Europeia [deve](#) ratificar a Convenção para a Prevenção e Combate à Violência contra as Mulheres, em consonância com o parecer do Tribunal de Justiça de 2021, defendem os eurodeputados. O texto, adotado por 469 votos a favor, 104 contra e 55 abstenções, afirma que a Convenção de Istambul continua a ser a norma internacional e um instrumento fundamental para erradicar a violência baseada no género, incluindo a violência doméstica. Os eurodeputados condenam veementemente as tentativas de alguns Estados-Membros para revogarem as medidas já tomadas no âmbito da aplicação da Convenção de Istambul e apelam para que a apliquem plenamente.

Os eurodeputados condenam o retrocesso no que respeita à igualdade de género, aos direitos das raparigas e à aplicação da Convenção de Istambul em alguns Estados-Membros. Por exemplo, na Polónia, o governo pretende retirar-se da Convenção e introduziu uma proibição da interrupção voluntária da gravidez. Os eurodeputados exigem que as autoridades nacionais combatam a desinformação sobre a Convenção.

Seis anos após a assinatura da Convenção, esta ainda não foi ratificada pela União Europeia devido à recusa de alguns Estados-Membros. No entanto, o parecer do Tribunal de Justiça da UE, de 6 de outubro de 2021, afirmou que a UE pode ratificar a Convenção de Istambul sem ter o acordo de todos os Estados-Membros. Por outro lado, a adesão da UE à Convenção de Istambul não isenta os Estados-Membros da sua ratificação, notam os eurodeputados, que instam os restantes seis países — Bulgária, Chéquia, Hungria, Letónia, Lituânia e Eslováquia — a ratificarem a Convenção sem demora.



Indústria

Auxílios estatais: Comissão Europeia aprova até 1,4 mil milhões de euros de auxílio francês para compensar a Air France pelas perdas apresentadas devido à pandemia do coronavírus

A Comissão Europeia [entende](#) que a medida de apoio francesa de até 1,4 mil milhões de euros a favor da *Air France* está em conformidade com as regras da UE em matéria de auxílios estatais. A medida visa compensar a companhia aérea pelas perdas registadas entre 17 de março e 30 de junho de 2020 devido à pandemia do coronavírus e às restrições em vigor para limitar a propagação do vírus.

A *Air France* é uma das principais companhias aéreas que opera em França. É propriedade da companhia *Air France-KLM Holding*, na qual o Estado francês detém uma participação de 28,6%. Com uma frota de mais de 300 aviões, a *Air France* desempenha um papel muito importante na economia francesa, em termos de emprego e conectividade para muitas regiões francesas, incluindo as regiões ultramarinas (*Départements et Régions d'outre-mer* "DOM-TOM").

Auxílios estatais: Comissão Europeia aprova medida alemã de apoio à produção de aço verde no valor de 55 milhões de euros

A Comissão Europeia [aprovou](#), ao abrigo das regras de auxílio estatal da UE, uma medida alemã de 55 milhões de euros para apoiar a *ArcelorMittal Hamburg GmbH* ("ArcelorMittal") na construção duma fábrica de demonstração para a produção de aço verde utilizando hidrogénio renovável. A medida contribuirá para a realização da [Estratégia de Hidrogénio da UE](#) e dos objetivos do [Pacto Ecológico Europeu](#), ajudando simultaneamente a reduzir a dependência dos combustíveis fósseis russos e a acelerar a transição verde em conformidade com o [Plano REPowerEU](#).



Instituições

Participação nas eleições deve ser mais fácil para cidadãos de outro país da UE

Os eurodeputados [apoiam](#) terça-feira propostas para melhorar a situação dos cidadãos que vivem noutro Estado-Membro e que desejam votar ou candidatar-se às eleições europeias e locais. O Parlamento Europeu adotou dois conjuntos de propostas estreitamente alinhadas sobre os direitos eleitorais dos cidadãos da UE residentes noutro Estado-Membro, relativamente às eleições europeias e autárquicas. O primeiro relatório, do eurodeputado [Damian Boeselager](#) (Verdes/ALE, Alemanha) foi aprovado por 500 votos a favor, 143 contra e 9 abstenções. O segundo, do eurodeputado [Joachim Brudziński](#) (CRE, Polónia) foi aprovado por 504 votos a favor, 79 votos contra e 69 abstenções.

O Parlamento solicita a supressão das disposições ditas «derrogação», que permitem que um Estado-Membro restrinja os direitos eleitorais dos nacionais de outros países da UE quando estes representam mais de 20% de todos os cidadãos da UE que residem no seu território. A possibilidade de reservar posições de topo da administração local para os seus próprios nacionais deve também ser suprimida, defendem os eurodeputados.



Investigação e inovação científica, ciência

UE tinha quase 7 milhões de mulheres cientistas em 2021

Em 2021, havia 6,9 milhões de mulheres cientistas e engenheiras na UE, mais 369,8 mil do que em 2020, representando 41% do emprego total na ciência e engenharia. Por setor de atividade, as mulheres [estavam](#) sub-representadas em todos os setores da classificação estatística das atividades económicas na UE, embora houvesse mais equilíbrio de género no setor dos serviços (46% dos cientistas e engenheiros eram do sexo feminino). No setor dos transportes aéreos, as mulheres representavam 28%, enquanto no setor da manufatura, representavam apenas 21%. As percentagens mais baixas para as mulheres foram registadas no setor dos transportes por água (apenas 8% eram mulheres), fabrico de equipamentos de transporte (12%) e veículos motorizados (13%).

Anunciados os premiados com Bolsas de Pós-Doutoramento Marie Skłodowska-Curie Actions (MSCA)

A Comissão Europeia [anunciou](#) os vencedores do último concurso para as [Bolsas de Pós-Doutoramento Marie Skłodowska-Curie Actions](#) (MSCA). Com um orçamento total de 257 milhões de euros, foram selecionados 1.235 investigadores experientes para trabalhar em projetos de alto nível que abrangem todas as disciplinas científicas. A maioria dos projetos selecionados são nos domínios das ciências sociais e humanas (24,5%), ciências da vida (21,3%), ciências da informação e engenharia (13,9%) e química (13,8%).



Juventude

Jovens açorianos vencem prémios no Ano Europeu da Juventude

A secretária regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego [congratula](#) os jovens Rodrigo Diogenes e Diogo Frutuoso, bem como a Associação de Juventude Aprender a Viver (AJAV), pela conquista dos prémios Ano Europeu da Juventude – AEJ 2022, promovidos pelo Instituto Português do Desporto e da Juventude (IPDJ). “A mobilização dos jovens e das associações, por um lado, e os resultados alcançados, por outro, são um motivo de orgulho para a região. A juventude açoriana respondeu positivamente ao desafio de pensar a Europa e a construção de um futuro melhor: mais verde, mais inclusivo e digital”, afirma Maria João Carreiro.

Rodrigo Diogenes foi o vencedor regional do Prémio “Criarte AEJ 2022”, no escalão dos 12-17 anos, com o trabalho de ilustração “OMA – Oficina Móvel de Artes”, subordinado ao tema “Intercâmbio de Aprendizagens, Solidariedade e Arte”. O Prémio “Criarte AEJ 2022”, direcionado para os jovens dos 12 aos 35 anos de idade, visou promover e estimular a criação literária ou artística alusiva ao Ano Europeu da Juventude, premiando os trabalhos mais criativos e inovadores.

Diogo Frutuoso foi o vencedor regional do mesmo Prémio “Criarte AEJ 2022”, desta feita na faixa etária dos 18-25 anos, com o projeto de dança e pintura “Açores estão com a Ucrânia”, subordinado ao tema “Solidariedade com a Ucrânia”. Por seu turno, a Associação de Juventude Aprender a Viver (AJAV) foi a vencedora regional do Prémio “Europa para ti AEJ 2022”, com o projeto “Candidatura Inclus’Art”.

O Prémio “Europa para ti AEJ 2022” premiou as associações de jovens que se destacam pelas atividades desenvolvidas em 2022, no âmbito do Ano Europeu da Juventude. A entrega dos prémios vai decorrer no encerramento nacional do Ano Europeu da Juventude, no próximo dia 26 de fevereiro, em Guimarães, no contexto do Encontro Nacional de Juventude. O Ano Europeu da Juventude foi comemorado durante o ano de 2022, por proposta da Comissão Europeia e aprovada pelo Conselho da União Europeia e pelo Parlamento Europeu.



Mar e pescas

Comissão Europeia une forças com 23 países através da Sustainable Blue Economy Partnership

A *Sustainable Blue Economy Partnership*, cofinanciada pela União Europeia, [lançou](#) o primeiro convite conjunto para uma próspera economia azul sustentável. O orçamento total estimado é de cerca de 50 milhões de euros. Com o apoio financeiro da Comissão Europeia, o primeiro convite da Parceria para a apresentação de projetos cofinanciados reúne recursos financeiros nacionais e regionais por meio da participação de 36 organizações de financiamento de investigação de 23 países (das 25 partes que integram a rede) responsáveis pelo financiamento de ações de investigação e inovação em economia azul. Este convite contribuirá também para os objetivos da Missão “Restore our Ocean and Waters by 2030”.

A tramitação destas candidaturas decorrerá em duas etapas, uma primeira etapa, com a apresentação obrigatória de pré-propostas (prazo: 14 de abril de 2023 às 15h00 CET) e a apresentação de propostas completas numa segunda etapa (13 de setembro de 2023 às 15h00 CET).

O anúncio completo e os documentos para este período de candidaturas, incluindo todos os critérios de elegibilidade e avaliação, estão disponíveis no [site da Parceria](#). A Parceria também organizará um *webinar* de informações gerais para investigadores interessados no dia 2 de março de 2023.

Missão da UE "Restaurar os nossos oceanos e as nossas águas": 20 novos projetos receberão mais de 117 milhões de euros

20 projetos multinacionais [receberão](#) mais de 117 milhões de euros ao abrigo do Horizonte Europe por contribuir para a missão da UE "Restaurar os nossos oceanos e as nossas águas". Centrar-se-ão em ações para proteger e restaurar a biodiversidade, combater a poluição, apoiar uma economia azul sustentável, desenvolver o "Oceano Digital Europeu" e assegurar a participação dos cidadãos. Os projetos envolvem 297 parceiros de 39 países, incluindo a maioria dos Estados-Membros da UE.



Mobilidade e Transportes

Pacto Ecológico Europeu: Comissão propõe meta de emissões nulas em 2030 para autocarros urbanos novos e redução de 90 % das emissões para camiões novos em 2040

A Comissão Europeia [propõe](#) novas e ambiciosas metas de emissões de CO₂ para os veículos pesados novos a partir de 2030. Estas metas contribuirão para reduzir as emissões de CO₂ no setor dos transportes — os camiões, os autocarros urbanos e os autocarros de longo curso são responsáveis por mais de 6 % do total das emissões de gases com efeito de estufa (GEE) da UE e por mais de 25 % das emissões de GEE do transporte rodoviário. Estas normas reforçadas em matéria de emissões assegurariam que este segmento do setor do transporte rodoviário contribua para a transição para uma mobilidade sem emissões e para os objetivos da UE no domínio do clima e da «poluição zero».

A Comissão propõe a introdução progressiva de normas de emissões de CO₂ mais rigorosas para quase todos os veículos pesados novos com emissões de CO₂ certificadas, comparativamente aos níveis de 2019, nomeadamente: i) redução de 45 % das emissões a partir de 2030; ii) redução de 65 % das emissões a partir de 2035; e iii) redução de 90 % das emissões a partir de 2040. A fim de estimular a implantação mais rápida de autocarros com emissões nulas nas cidades, a Comissão propõe igualmente que todos os autocarros urbanos novos tenham emissões nulas a partir de 2030. Mais informações no [comunicado de imprensa](#), no [documento com perguntas e respostas](#) e na [ficha informativa](#).

Bicicletas vão ajudar a transição verde da UE, dizem os deputados ao Parlamento Europeu

O Parlamento Europeu [sugere](#) que se facilite a transição verde com o uso de bicicletas e através da criação de ciclovias, de lugares de estacionamento para bicicletas e da aplicação de taxas de IVA reduzidas. A resolução do Parlamento Europeu sobre o desenvolvimento duma estratégia europeia para o uso de bicicletas, aprovada na quinta-feira, apela ao reconhecimento da bicicleta como um meio de transporte de pleno direito. Salienta os benefícios que a bicicleta poderia trazer à transição verde da UE: melhor saúde, redução do congestionamento do tráfego e da poluição sonora, melhoria da qualidade do ar e crescimento económico. Os eurodeputados instam a Comissão a desenvolver uma estratégia europeia com o objetivo de duplicar o número de quilómetros percorridos em bicicleta na Europa até 2030.



Proteção civil

Objetivos da União Europeia em matéria de resiliência a catástrofes: agir em conjunto para fazer face a futuras situações de emergência

A Comissão Europeia acabou de publicar a [Comunicação "Objetivos da União Europeia em matéria de resiliência a catástrofes: agir em conjunto para fazer face a futuras situações de emergência"](#) (anexo). Refere-se que a UE [deve fazer face](#) simultaneamente a múltiplos problemas e ameaças, alguns dos quais teriam sido considerados inimagináveis até muito recentemente. Deve antecipar estes problemas e estar mais bem preparada. A guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia abalou o continente e veio demonstrar que devemos reforçar a preparação das populações civis para situações de emergência geradas por vários tipos de ameaças, tanto de origem humana como de origem natural, num contexto de segurança mundial cada vez mais instável.

O risco nuclear, a desorganização do aprovisionamento energético, alimentar e dos transportes, a interrupção de tratamentos médicos, a destruição de infraestruturas de saúde, bem como os movimentos maciços de população na Europa, sublinham a importância de manter a funcionar certos serviços essenciais que constituem o fundamento da nossa sociedade. Numa altura em que a guerra está a devastar o nosso continente, a UE continua a ter de fazer face às consequências da pandemia de COVID-19. As pandemias figuravam já entre os principais riscos identificados nas avaliações nacionais de riscos de vários países europeus antes do aparecimento da COVID-19. No entanto, a identificação dos riscos não se traduziu na elaboração de planos de emergência específicos, nem na realização de esforços de prevenção de catástrofes que teriam permitido proteger melhor os nossos cidadãos. Com base nestes ensinamentos, a União reforçou o seu quadro de segurança sanitária, nomeadamente através da União Europeia da Saúde

Após uma catástrofe, a proteção civil é a tábua de salvação das populações afetadas. Através do Mecanismo de Proteção Civil da União («Mecanismo da União»), a UE tem intensificado a sua preparação para situações de emergência a todos os níveis. Quando as capacidades de um país não são suficientes para dar resposta numa situação de crise, o Mecanismo da União proporciona a ossatura

operacional que permite a resposta coletiva da Europa, tanto dentro da UE (incluindo as Regiões Ultraperiféricas da UE), como fora do seu território.

Entre 2020 e 2022, o Mecanismo da União foi ativado mais de 320 vezes, 100 das quais pelos Estados-Membros, um valor cinco vezes superior à média registada nos 10 anos precedentes. No contexto da guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia, o Mecanismo da União prestou assistência vital levando a cabo a maior e mais complexa operação de proteção civil da UE desde a criação do Mecanismo. Forneceu à Ucrânia e aos seus países vizinhos mais de 80 mil toneladas de assistência em espécie, no valor de cerca de 500 milhões de EUR.



Regiões Ultraperiféricas

Dirigentes locais e regionais da UE apelam a maior apoio para as regiões Ultraperiféricas

No seu [boletim informativo](#) desta semana, o Comité das Regiões Europeu dá [destaque](#) à aprovação do Parecer “[Dar prioridade às pessoas, garantir o crescimento sustentável e inclusivo, realizar o potencial das regiões ultraperiféricas da UE](#)”. O impacto da pandemia de COVID-19, a pressão acrescida decorrente dos efeitos da guerra da Rússia contra a Ucrânia e o número crescente de catástrofes naturais tornam urgente a aplicação de uma estratégia de apoio renovada e ambiciosa para as Regiões Ultraperiféricas da União Europeia. Esta foi a mensagem principal transmitida pelo Comité das Regiões Europeu na sua [reunião plenária de 8 de fevereiro](#).

Os cinco milhões de cidadãos da UE que vivem nas regiões ultraperiféricas (Guadalupe, Guiana Francesa, Martinica, Maiote, Reunião, São Martinho, Açores, Madeira e ilhas Canárias) enfrentam vulnerabilidades específicas, devido às suas características geográficas, nomeadamente o afastamento, insularidade e pequena dimensão destes territórios. Estes desafios têm sido agravados por uma sucessão de catástrofes naturais, cada vez mais frequentes devido à crise climática, pela pandemia COVID-19 e pela guerra contra a Ucrânia, que coloca agora em perigo a recuperação económico-social destas regiões.

O Presidente do Comité das Regiões Europeu, [Vasco Alves Cordeiro](#) (PT/PES), natural dos Açores e membro da Assembleia Legislativa Regional, afirmou: “As Regiões Ultraperiféricas da UE são territórios de grande riqueza, que reúnem em si mesmos aqueles que são grandes desafios, grandes oportunidades, grandes ativos da UE. Mas também grandes dificuldades para acompanharem este progresso comum. A Estratégia renovada para estas regiões que a Comissão Europeia apresenta coloca o foco nas necessidades das pessoas que vivem nas RUP e numa recuperação económica e num crescimento sustentável e inclusivo. O Comité das Regiões tem sido um forte defensor de uma atenção própria e dedicada a estas regiões. Da parte do Comité continuaremos a defender, em conjunto, uma Estratégia da UE para as RUP que atente às suas especificidades, promova os seus atributos e promova também uma aproximação das suas populações e instituições ao projeto de desenvolvimento comum que é a UE.”

Neste contexto, o [parecer](#) elaborado por [Pedro de Faria e Castro](#) (PT-PPE), subsecretário regional da Presidência do Governo Regional dos Açores, apela à atualização das políticas de apoio e dos instrumentos de investimento da UE para as regiões ultraperiféricas europeias, que se situam no oceano Atlântico, nas Caraíbas, na América do Sul e no oceano Índico. De acordo com o relator, “As Regiões Ultraperiféricas são territórios que, no atual quadro geopolítico e de alterações sistémicas da economia europeia e internacional, oferecem um manancial de oportunidades à UE. É impossível capitalizar este potencial sem colmatar as fragilidades e os constrangimentos estruturais destes territórios, que requerem a adaptação das políticas europeias. Esta é a essência do Artigo 349.^o. Só uma política adaptada às características específicas das RUP permitirá um desenvolvimento estrutural e sustentável que traga esperança às suas populações. Este parecer é mais um passo decisivo para a concretização das respostas essenciais para fazer face aos tempos desafiantes que vivemos.”

O eurodeputado português [Álvaro Amaro](#) (PT/EPP) afirmou que “Esta Estratégia da União é absolutamente essencial para as RUPs, quer pelo diagnóstico efetuado, quer pela correta contextualização do difícil momento económico, social e político que vivemos. A posição do Parlamento Europeu reforça a capacidade negocial das RUP e respetivos Estados Membros, quer para a revisão do atual Quadro Financeiro, quer para o Pós-2027. É função da UE acautelar medidas diferenciadas e devidamente financiadas, pelo que as RUP poderão beneficiar com a criação de mais programas europeus específicos, à semelhança do POSEI-Agricultura, cujo modelo deverá ser replicado noutras áreas essenciais.”



Saúde

Parlamento Europeu cria uma nova subcomissão permanente da Saúde Pública

Na terça-feira, os eurodeputados [concordaram](#) em criar uma nova subcomissão permanente para as questões da saúde pública. O plenário definiu as responsabilidades e a força numérica da nova subcomissão de saúde pública, criada sob a égide da Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar (ENVI).

A subcomissão será composta por 30 membros. Tratará de programas e ações específicas no domínio da saúde pública, produtos farmacêuticos e cosméticos, aspetos sanitários do bioterrorismo, a Agência Europeia de Medicamentos, e o Centro Europeu de

Prevenção e Controlo das Doenças. A comissão ENVI continua responsável pelo exame e votação das propostas legislativas. A lista de membros será anunciada numa sessão plenária posterior.

As subcomissões podem ser formadas a pedido de uma comissão permanente já estabelecida, no interesse do trabalho desta comissão e sujeitas a autorização prévia da Conferência dos Presidentes. A área de responsabilidade da subcomissão será claramente definida no seu mandato. O mandato de uma subcomissão é indeterminado. As comissões especiais, comissões de inquérito e subcomissões não podem adotar textos legislativos.



Solidariedade Externa da União Europeia e Diplomacia

Terramoto: UE mobiliza mais ajuda de emergência para a Síria e para a Turquia

Na sequência do devastador terramoto que afetou tanto a Síria como a Turquia na semana passada, a UE [continua](#) a trabalhar em todas as frentes para canalizar a ajuda de emergência para ambos os países. No caso da Síria, a Capacidade de Resposta Humanitária Europeia está a fornecer ajuda rápida às pessoas afetadas pelo terramoto. As reservas da UE em Itália e no Dubai foram mobilizadas para a entrega de material de emergência. Inclui artigos tais como tendas de inverno, aquecedores, cobertores, água, conjuntos de higiene e conjuntos de cozinha. A ajuda será distribuída tanto em áreas controladas pelo governo juntamente com a Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho (IFRC), como em áreas não controladas pelo governo no Noroeste da Síria, em cooperação com a Organização Internacional para as Migrações (OIM). Além disso, a Comissão está a estudar oportunidades para uma abordagem *Team Europe*, trabalhando com os Estados-Membros para mobilizar artigos de abrigo.

Além disso, através do Mecanismo de Proteção Civil da UE (UCPM), 10 países europeus (Áustria, Bulgária, Chipre, Finlândia, Alemanha, Grécia, Itália, Roménia, Eslovénia e Noruega) ofereceram milhares de tendas, cobertores, sacos de dormir, colchões, camas, geradores, aquecedores, medicamentos, artigos alimentares, vestuário de Inverno, máscaras, e muito mais, ao povo sírio. Dois oficiais de ligação do Centro de Coordenação de Resposta a Emergências (ERCC) foram destacados para Beirute para apoiar a coordenação da assistência da UE à Síria. Isto vem juntar-se a um montante inicial adicional de 3,5 milhões de euros de assistência humanitária para cobrir as necessidades mais urgentes, tais como dinheiro para abrigo e artigos não alimentares, água e saneamento, saúde, e busca e salvamento.



Tecnologia, informática e comunicações

Mais um passo rumo a um acordo a longo prazo com a Ucrânia sobre a itinerância gratuita

A Ucrânia está hoje mais próxima do espaço de itinerância gratuita da UE, uma vez que a Comissão [adotou](#) uma proposta para integrar a itinerância no Acordo de Associação UE-Ucrânia. Assim que o acordo entrar em vigor, as pessoas oriundas da Ucrânia deixarão de ter de pagar encargos adicionais para utilizar os seus telemóveis quando estiverem na UE e os visitantes da UE beneficiarão dos mesmos direitos quando estiverem na Ucrânia.

A integração da Ucrânia no espaço de itinerância gratuita da UE é uma das principais ações do Plano de Ação Prioritário revisto. Este plano define o roteiro para a plena implementação da Zona de Comércio Livre Abrangente e Aprofundado (ZCLAA) UE-Ucrânia e para uma maior integração da Ucrânia no mercado único da UE. Trata-se do primeiro caso de alargamento do tratamento de mercado interno da UE à Ucrânia.

Esta proposta surge na sequência do [discurso sobre o estado da União de 2022](#) feito pela presidente da Comissão, Ursula von der Leyen, em que anunciou a integração da Ucrânia no espaço de itinerância gratuita. Surge também na sequência do compromisso da Comissão com os operadores da UE e da Ucrânia com vista a pôr em prática medidas voluntárias, que foram recentemente [prorrogadas](#), para permitir chamadas a preços acessíveis ou gratuitas entre a UE e a Ucrânia.



Turismo

Qualidades gastronómicas açorianas em destaque no sítio *European Best Destinations*

Os Açores e o seu património gastronómico estão em [destaque](#) no sítio *European Best Destinations*. Classificando o arquipélago como o “[destino do momento](#)”, é referido que «os Açores são o destino mais seguro, mais surpreendente e mais confortável. Nesta nova realidade estamos nestas 9 ilhas que se distinguem pela segurança que oferecem: este destino oferece a distância segura de que os visitantes necessitam, muitas atividades ao ar livre que são tudo o que queremos depois de estarmos confinados durante tanto tempo, e a paz que precisamos em tempos tão conturbados».

Mais no Parlamento Europeu...

Calendário para 2023.



Em aberto



Procura emprego nas Instituições Europeias?

No [EU Careers](#) encontrará informações e sugestões sobre as oportunidades de emprego junto das [instituições europeias](#)! A União Europeia ajuda-o a encontrar emprego no [#EUandMe](#)! Oportunidades: [Agência da União Europeia para a Cibersegurança](#).



Seis Passos para iniciar uma carreira profissional no estrangeiro

O [Portal Europeu da Mobilidade Profissional](#) publicou um artigo onde explica os seis passos para os jovens iniciarem a sua carreira profissional no estrangeiro.



Procura emprego na área de Assuntos Europeus em Bruxelas?

No [Trusted Jobs](#) encontrará oportunidades de emprego na área de assuntos europeus em Bruxelas!



Estágios

[Nesta página dedicada](#) poderá encontrar propostas de estágios nas instituições europeias e órgãos consultivos das instituições.



Procura emprego na Europa?

Procura trabalho no setor público ou privado Europeu e particularmente em Bruxelas? O [EuroBrussels](#) é um dos bons sítios internet para o começar a fazer.



Agência Europeia de Defesa está à procura de estagiários em diversas áreas

A Agência Europeia de Defesa tem abertas candidaturas para estágios em diversas áreas. Informações em detalhe [aqui](#).



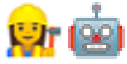
Banco Europeu de Investimento: Traineeship & Grad Programmes

O BEI, sediado no Luxemburgo, divulga regularmente vagas na instituição. Pode consultar as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



Empregos e estágios através do Centro de Informação Europeia Jacques Delors

Verifique [aqui](#) as oportunidades de emprego divulgadas pelo Centro de Informação Europeia Jacques Delors.



Agência Espacial Europeia

Explore as vagas de emprego da ESA. Se é um profissional experiente, um graduado ou um estudante, descubra o impacto que você pode fazer com uma carreira na Agência Espacial Europeia. Use a [ferramenta de procura de vagas](#) da Agência Espacial Europeia. Poderá encontrar mais informações sobre as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



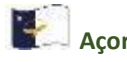
IFREMER

O Instituto Francês para a Exploração do Mar (IFREMER) tem vagas para os diversos níveis de estudo dos recursos marinhos. Detalhes na [base de dados](#) dedicada deste instituto.



Corpo Europeu de Solidariedade

O [Corpo Europeu de Solidariedade](#) é uma iniciativa da União Europeia dirigida aos jovens, dando-lhes a oportunidade de fazer voluntariado ou de trabalhar em [projetos](#), no próprio país ou no estrangeiro, em benefício de pessoas e comunidades de toda a Europa. Aos 17 anos já te podes inscrever no Corpo Europeu de Solidariedade, mas só podes participar num projeto depois de fazeres 18 anos. A participação nos projetos do Corpo Europeu de Solidariedade está aberta aos jovens até aos 30 anos de idade. Depois de se inscreverem, os participantes no Corpo Europeu de Solidariedade podem ser selecionados e convidados a integrar uma vasta gama de projetos, relacionados, por exemplo, com a prevenção das catástrofes naturais ou a reconstrução na sequência de catástrofes deste tipo, a assistência em centros de requerentes de asilo ou a resposta a outras questões sociais a nível da comunidade. Inscrições [aqui](#).



Açorianos no Mundo

“Açorianos no Mundo” é uma plataforma *online*, que vai permitir a todos os açorianos por nascimento, ascendência, afinidade (casamento/união de facto), que tenham residido nos Açores por um período mínimo de cinco anos, e que se encontram a residir fora da Região Autónoma dos Açores, uma maior proximidade com o arquipélago e, conseqüentemente, uma efetiva participação no futuro dos Açores, através da adesão ao processo eleitoral para a escolha dos representantes das suas comunidades, que, posteriormente, integrarão o Conselho da Diáspora Açoriana (CDA). Registe-se [aqui](#).



Produtos alimentares Açorianos em Bruxelas

Pode encontrar produtos alimentares açorianos em Bruxelas, nas seguintes lojas: [Casa Portuguesa](#), [Lusoloja](#) e [Mercado Português](#).



Viver em Bruxelas

Ligações formais e não formais, mas utilizadas por quem procura casa temporária em Bruxelas: [Bxl à Louer - de bouche à oreille \(II\)](#), [BRUXELLES: Location appartement](#), [Colocation](#), [Sous-location chambre à louer](#), [Colocation Bruxelles](#), [Immoweb](#), e [Logic-immo](#). E muito mais: [Xpatris](#).

O [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#) tem soluções para a realização de reuniões, acompanhamento temático, interpretação, alojamento e muito mais. [Contacte-nos!](#)



O que é o AZ@BXL?

O AZ@BXL é um boletim informativo constituído por uma seleção de notícias compiladas a partir de Bruxelas e consideradas relevantes no contexto da Região Autónoma dos Açores. É também noticiada a atividade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. A prospeção, seleção, adaptação e apresentação das notícias é da responsabilidade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. O boletim está redigido em português, no entanto, as notícias apontadas estão redigidas no idioma original, o que inclui também o inglês, o francês e o castelhano. As imagens utilizadas pertencem ao domínio público, ao Gabinete dos Açores em Bruxelas, ao [SIARAM](#) ou constam das notícias apontadas. Este boletim não tem periodicidade fixa, sendo preferencialmente distribuído às sextas-feiras.

Legenda: Título da notícia a vermelho, nova notícia; Notícia já exposta no número anterior, **título da notícia a verde**; A notícia herdada do número anterior, mas com alterações, **título da notícia em cor-de-laranja**. Este boletim informativo está otimizado para sistemas Microsoft.

Legenda:



Lista de Siglas, Acrónimos e Abreviaturas:

| AECT – [Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial](#) | AESA – [Agência da UE para a Segurança Aérea](#) | BCE – [Banco Central Europeu](#) | BEI – [Banco Europeu de Investimento](#) | CE – [Comissão Europeia](#) | CEO – [Chief Executive Officer](#) | CESE – [Comité Económico e Social Europeu](#) | CoR – [Comité das Regiões](#) | CPLP – [Comunidade dos Países de Língua Portuguesa](#) | CRPM – [Conferência das Regiões Periféricas Marítimas](#) | EBA – [Autoridade Bancária Europeia](#) | EBCD – [European Bureau for Conservation and Development](#) | EEE – [Espaço Económico Europeu](#) | EIT – [Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia](#) | EMA – [Agência Médica Europeia](#) | EMB – [European Marine Board](#) | EMSA – [Agência Europeia de Segurança Marítima](#) | ERC – [Conselho Europeu de Investigação](#) | ESA – [Agência Espacial Europeia](#) | EUA – [Estados Unidos da América do Norte](#) | FEADER – [Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural](#) | FEAGA – [Fundo Europeu Agrícola de Garantia](#) | FEI – [Fundo Europeu de Investimento](#) | FEIE – [Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos](#) | GEE – [Gases com Efeito de Estufa](#) | GPS – [Sistema de Posicionamento Global dos EUA](#) | IA – [Inteligência Artificial](#) | ICCAT – [Comissão Internacional para a Conservação do Atum do Atlântico](#) | IMO – [Organização Marítima Internacional](#) | JRC – [Centro de Pesquisa Conjunto da CE](#) | OCM – [Organização Comum dos Mercados Agrícolas](#) | ODS – [Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável da ONU](#) | OMC – [Organização Mundial do Comércio](#) | OMS – [Organização Mundial de Saúde](#) | ONU – [Organização das Nações Unidas](#) | PAC – [Política Agrícola Comum da UE](#) | PE – [Parlamento Europeu](#) | PES – [Partido Socialista Europeu](#) | PME – [Pequenas e médias empresas](#) | PPE – [Partido Popular Europeu](#) e [PPE no PE](#) | Q&A – Perguntas e Respostas | QFP – [Quadro Financeiro Plurianual da UE](#) | RIS – [Regional Innovation Scoreboard](#) | RUP – [Regiões Ultraperiféricas da União Europeia](#), de acordo com o artigo 349 do TFUE | S&D – [Aliança Progressiva dos Socialistas e Democratas](#) (inclui o PES no PE) | UE – [União Europeia](#) | TCE – [Tribunal de Contas Europeu](#) | TFUE – [Tratado sobre o Funcionamento da UE](#) | TJUE – [Tribunal de Justiça da UE](#) |

Autoria:

Estrutura de Missão para a Instalação do Gabinete da Região Autónoma dos Açores em Bruxelas

Aceitam-se [sugestões!](#)



[Quero receber este boletim \(envie-nos o seu email\)](#) – [Quero deixar de receber este boletim](#)

Conheça a nossa **Política de Privacidade** – [PT](#) e [EN](#)

Consulte os [números anteriores](#)

Saiba mais sobre o [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#)

gabinetebruxelas@azores.gov.pt | [@AzoresEUoffice](#) | [Google Maps](#)

Não imprima esta newsletter. O Ambiente agradece!